



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES (CFP)
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA (UNAGEO)
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

ANA CAROLINA VIANA

**PATRIMÔNIO DESCONSIDERADO: DECOLONIALIDADE, REPRESENTAÇÕES
ESPACIAIS E O CASO DA PEDRA DO LETREIRO EM BERNARDINO BATISTA-PB**

CAJAZEIRAS-PB

2024

ANA CAROLINA VIANA

**PATRIMÔNIO DESCONSIDERADO: DECOLONIALIDADE, REPRESENTAÇÕES
ESPACIAIS E O CASO DA PEDRA DO LETREIRO EM BERNARDINO BATISTA-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Geografia da Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Cajazeiras-PB como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Santiago Andrade Vasconcelos.

CAJAZEIRAS – PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

V614p Viana, Ana Carolina.
Patrimônio desconsiderado: decolonialidade, representações espaciais e o caso da Pedra do Letreiro em Bernardino Batista - PB / Ana Carolina Viana. – Cajazeiras, 2024.
65f. : il. Color.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Santiago Andrade Vasconcelos.
Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2024.

1. Cartografia. 2. Colonialidade. 3. Representação espacial. 4. Geografia e cinema. I. Vasconcelos, Santiago Andrade. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 528.9

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADEMICA DE GEOGRAFIA-CFP
Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n, - Bairro Casas Populares, Cajazeiras/PB, CEP 58900-000
Telefone: (83) 3532-2000 - Fax: (83) 3532-2009
Site: <http://www.cfp.ufcg.edu.br> - E-mail: cfp@cfp.ufcg.edu.br

RESULTADO
ANA CAROLINA VIANA

PATRIMÔNIO DESCONSIDERADO: DECOLONIALIDADE, REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS E O CASO DA PEDRA DO LETREIRO EM BERNARDINO BATISTA-PB

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Geografia da Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Cajazeiras - PB como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Apresentado e aprovado em: 17 de julho de 2024

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Prof. Dr. Santiago Andrade Vasconcelos

Examinador

Profª. Dra. Luciana Medeiros de Araújo

Examinador

Prof. Dr. Marcelo Henrique de Melo Brandão



Documento assinado eletronicamente por **SANTIAGO ANDRADE VASCONCELOS, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 17/07/2024, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA MEDEIROS DE ARAUJO, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 17/07/2024, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO HENRIQUE DE MELO BRANDAO, PROFESSOR 3 GRAU**, em 17/07/2024, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **4604240** e o código CRC **447CC4CD**.

AGRADECIMENTOS

Dirijo meus agradecimentos, primeiramente, a minha família pelo apoio, não somente durante a árdua caminhada da graduação, mas em toda jornada de vida, em especial a papai, mamãe, minhas tias Dina e Ene e a minha prima Ruth, sem vocês nada seria possível, e de maneira especial, a Manuella por melhorar nossos dias.

Agradeço ainda as minhas amigas mais próximas que me apoiaram e me suportaram em todas as fases da minha vida, desde a pré-escola até hoje, obrigada minhas queridas: Maria Izabel, Tamires e Thalita.

Agradeço aos meus colegas da UFCG, com quem dividi não apenas o transporte, mas todas as experiências possíveis e aqueles que mais do que colegas, foram verdadeiros amigos e me ajudaram a atravessar todo esse apanhado de emoções, em especial, quero deixar meu muito obrigada a: Rafael, Francisco Antônio, Maria Vitória, Isabela, Sirlene, Maria de Fátima e Edilene. Vocês foram essenciais para que todo esse processo de aprendizagem significativa na geografia e na vida.

Externo minha gratidão aos meus colegas de trabalho pelos momentos de descontração, pelo carinho, apoio e a união em meio aos estresses do dia-a-dia que envolvem as experiências do proletariado. Vocês são incríveis!

Agradeço a todos os professores que fizeram parte desta experiência acadêmica e dividiram conosco suas experiências para a construção do saber. Graças a muitos de vocês, através da Geografia, pudemos vivenciar o mundo de inúmeras formas, seja através das viagens de campo com a contemplação das inúmeras maravilhas que podemos ver no mundo se olharmos para o lugar certo, assim como refletirmos acerca das coisas ruins e como podemos transformá-las no mundo em que queremos. Gratidão ao professor Santiago Vasconcelos por proporcionar o primeiro contato com a decolonialidade na disciplina de Teoria e Método, a Professora Luciana, com quem passei pela experiência da monitoria, ao professor Marcelo, pelas aulas de campo inesquecíveis, assim como aos colegas e professores Mara e Matheus, pelas práticas cartográficas vivenciadas por meio do NEDET e CARTONOMIA.

Por último, mas não menos importante gostaria de mencionar meu agradecimento aos meus queridos doguinhos Zeus e Nagini pelo suporte emocional ao longo de todos esses anos.

"Fechei os olhos e pedi um favor ao vento: Leve tudo o que for desnecessário. Ando cansada de bagagens pesadas. Daqui pra frente apenas o que couber na bolsa e no coração".

(Cora Coralina)

RESUMO

A Cartografia tradicional, historicamente, tem refletido visões eurocêntricas que simplificam realidades complexas e perpetuam paradigmas da colonialidade na valorização de determinadas representações espaciais em detrimento de outras. A partir do método lefebvriano regressivo-progressivo, que incluiu trabalho de campo, revisão bibliográfica e pesquisa documental, este estudo visa compreender as implicações da colonialidade na geografia, através de uma discussão acerca dos diferentes tipos de representação espacial, desde os mapas, a própria pintura rupestre ou a produção audiovisual, levando em consideração o contexto da Pedra do Letreiro, no município de Bernardino Batista-PB. A partir desta pesquisa, foi possível, ainda, refletir sobre o uso de diferentes representações para além dos mapas, na compreensão do espaço, desde a pintura rupestre, como fonte para coleta de dados, até a própria imagem como ferramenta de apropriação e percepção do espaço. Deste modo, os principais resultados da pesquisa incluem dois tipos de representações espaciais: o mapa realizado por meio da Cartografia Social, intitulado “Territorialidade e afetividade: Pontos afetivos do Sítio Capoeiras e a análise do documentário “Ecos Ancestrais”, estima-se que essa produção imagética contribua para a coleta de informações sobre o município e, conseqüentemente, na promoção de uma valorização da diversidade nos modos de ver e representar o mundo, assim como visa à preservação deste patrimônio tão importante, mas que tem sido desconsiderado com o passar dos anos.

Palavras-Chave: Cartografia. Colonialidade. Representação espacial.

RESUMEN

La cartografía tradicional, históricamente, ha reflejado visiones eurocéntricas que simplifican realidades complejas y perpetúan paradigmas de la colonialidad en la valoración de determinadas representaciones espaciales en detrimento de otras. A partir del método lefebvriano regresivo-progresivo, que incluyó trabajo de campo, revisión bibliográfica e investigación documental, este estudio tiene como objetivo comprender las implicaciones de la colonialidad en la geografía, a través de una discusión sobre los diferentes tipos de representación espacial, desde los mapas, la propia pintura rupestre o la producción audiovisual, tomando en consideración el contexto de la Pedra do Letreiro, en el municipio de Bernardino Batista-PB. A partir de esta investigación, también fue posible reflexionar sobre el uso de diferentes representaciones más allá de los mapas, en la comprensión del espacio, desde la pintura rupestre, como fuente para la recolección de datos, hasta la propia imagen como herramienta de apropiación y percepción del espacio. De este modo, los principales resultados de la investigación incluyen dos tipos de representaciones espaciales: el mapa realizado a través de la Cartografía Social, titulado “Territorialidad y afectividad: Puntos afectivos del Sítio Capoeiras” y el análisis del documental “Ecos Ancestrales”. Se estima que esta producción imagética contribuye a la recolección de información sobre el municipio y, consecuentemente, en la promoción de una valorización de la diversidad en los modos de ver y representar el mundo, así como también busca la preservación de este patrimonio tan importante, pero que ha sido desconsiderado con el pasar de los años.

Palabras Clave: Cartografía. Colonialidad. Representación espacial.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Formação rochosa da Pedra do Letreiro, Bernardino Batista-PB	49
Imagem 2 - Pintura “A”, Pedra do Letreiro, Bernardino Batista-PB	50
Imagem 3 - Pintura “B”, Pedra do Letreiro, Bernardino Batista-PB.....	50
Imagem 4 - Pintura “C”, Pedra do Letreiro, Bernardino Batista-PB.....	51
Imagem 5 - Pintura “D”, Pedra do Letreiro, Bernardino Batista-PB	52
Imagem 6 - Registro do indígena Pedro Bonito, Bernardino Batista-PB	53

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do município de Bernardino Batista, PB	36
Mapa 2 - Territorialidade e afetividade: Pontos afetivos do Sítio Capoeiras.....	39
Mapa 3 - Distribuição aproximada dos povos indígenas durante séculos XVII e XVIII	54

LISTA DE SIGLAS

CARTONOMIA- Grupo de Pesquisa para o Fortalecimento da Autonomia Territorial com Cartografia Social

CFP - Centro de Formação de Professores

CNSA - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CPT - Comissão Pastoral da Terra

EMPAER - Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária

GPS - Global Positioning System

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN - Instituto Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NEDET - Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial

SGB - Serviço Geológico do Brasil

SICG - Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UFF - Universidade Federal Fluminense

UNAGEO - Unidade Acadêmica de Geografia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. UMA REPRESENTAÇÃO DECOLONIAL DO ESPAÇO	17
2.1 Colonialidade e decolonialidade na perspectiva geográfica	17
2.2 A Cartografia moderna e o poder dos mapas.....	22
3. UMA REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DO ESPAÇO.....	28
3.1. Os espaços e suas representações	29
3.2. De Serra do Padre a Bernadino Batista: uma breve caracterização sobre a área de estudo ...	34
3.2.1. A Pedra do Letreiro	36
4. UMA REPRESENTAÇÃO VISUAL DO ESPAÇO	40
4.1 Geografia e Cinema.....	40
4.2 A análise do documentário “Ecos Ancestrais” na compreensão da realidade local	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICES	62

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da trajetória epistemológica da Ciência Geográfica, inúmeros foram os debates acerca da definição de seu objeto de estudo, partindo de estudos descritivos, para aqueles pautados na diferenciação das áreas, ou mesmo na matematização da vida. Apesar dos embates, utilizaremos da ideia de Geografia como a ciência que estuda o espaço geográfico, a relação homem-meio/sociedade-natureza e as dinâmicas que envolvem a complexidade de vivências.

Com uma tomada de consciência acerca da importância deste nas relações sociais *com, para e no espaço*, surge à necessidade de representá-lo. Dessa maneira, compreende-se, que as representações espaciais antecedem a história e até a própria cartografia, considerando que esta, como forma de conhecimento só pode ser classificada desta maneira quando obedece a certos critérios convencionais. Logo, essas representações se destacam como uma ferramenta de extrema importância para humanidade, desde os primórdios até os dias atuais, revelando uma evolução de técnicas e a cultura de nossos antepassados.

Ao longo deste trabalho, compreendemos que as representações espaciais, tradicionalmente dominadas pela cartografia convencional, refletem visões de mundo eurocêntricas e coloniais que frequentemente simplificam e distorcem realidades complexas. As comunidades indígenas, afrodescendentes e outras populações marginalizadas, por exemplo, possuem suas próprias formas de entender e representar o espaço, utilizando narrativas orais, arte, rituais e símbolos que comunicam significados espirituais, sociais e culturais profundos.

A arte rupestre¹, desde muito tempo, era utilizada para representar ações do cotidiano pelos primeiros habitantes de nosso planeta e perduram como uma tradição ao longo do tempo. No Brasil, essa forma de representação se espalha por inúmeros lugares, sobretudo na Região Nordeste, deixados por nossos povos originários, inclusive, em um período anterior ao processo de colonização, por grupos antigos e até mesmo já extintos. No entanto, considerando tamanha importância, podemos nos perguntar: por que a Geografia, como ciência que estuda o espaço, desconsidera a relevância da arte rupestre, assim como outras formas de representar no debate acerca das representações espaciais para compreensão do espaço?

¹ Neste trabalho utilizaremos o termo “Arte rupestre” (do latim *ars rupes* “arte sobre rocha”) para caracterizar o conjunto de imagens produzidas sobre superfícies rochosas. Para o IPHAN, a princípio, a arte rupestre se refere a realizações de grupos pré-coloniais e são produzidos a partir de dois métodos: gravado e pintado.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar e compreender as diversas formas de representações espaciais a partir de uma perspectiva decolonial, e como objetivos específicos: investigar os conceitos de colonialidade e decolonialidade e suas implicações na geografia; examinar como a cartografia moderna refletiu e perpetuou estruturas de poder coloniais; discutir a importância das representações espaciais na preservação e valorização das culturas locais e analisar como a representação audiovisual pode ser utilizada para entender e interpretar o espaço da Pedra do Letreiro, no município de Bernardino Batista.

Recentemente, o envolvimento com a temática ressurgiu com a oportunidade proporcionada pela Lei Paulo Gustavo, que incentivava a criação de produtos audiovisuais sobre pontos históricos do município, no qual, a escrita de um projeto foi escolhida como um dos projetos vencedores para o edital do gênero documentário, que tinha a Pedra do Letreiro no Sítio Capoeiras, zona rural do município, como o foco. Este trabalho representa não apenas uma oportunidade de explorar e divulgar a riqueza histórica local, mas também de preencher algumas das lacunas e trazer à luz a importância desse patrimônio para essa comunidade.

A partir do interesse pela Cartografia e a Geografia decolonial e o estabelecimento de um contato direto com a prática da Cartografia Social, ao longo do curso, como membro do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET da Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras-PB, assim como membro do Grupo de Pesquisa para o Fortalecimento da Autonomia Territorial com Cartografia Social - CARTONOMIA, como uma extensão do grupo de mesmo nome, formado na Universidade Federal Fluminense - UFF, Campus de Angra dos Reis - RJ, possibilitando o aprofundamento nas proposições acerca dos diferentes tipos de mapas e representações do espaço.

Logo, embora a arte rupestre como uma expressão artística ancestral tenha sido um importante objeto de estudo sob a ótica de disciplinas como a arqueologia, dentro das discussões que envolvem a ciência geográfica, estas expressões, de certa forma, não costumam ser utilizadas como uma forma de representação e compreensão do espaço. Diante desse contexto, o presente trabalho visa promover uma maior valorização da arte rupestre, dentro da discussão geográfica, como uma forma de representação espacial, para além da narrativa da Cartografia convencional, a partir da compreensão da relação entre a cartografia e a colonialidade.

A base teórica para compreender a implicação do processo de colonização e suas influências até os dias de hoje, utiliza de termos como colonialidade do *saber*, do *ser* e do *poder*,

discutido por Cruz (2017) e Maldonado-Torres (2018), assim como as *Epistemologias do Sul* de Santos (2009) como uma alternativa a esta dominação epistemológica e valorização da pluralidade de saberes, assim como discussões baseadas em Harley (2009) e Rodrigues (2006) para compreender o papel dos mapas, a cartografia convencional na apropriação do território e cumplicidade no projeto colonial, assim como as diferentes formas de representar o espaço através da Cartografia social e formas de arte como uma breve introdução a produção audiovisual proposta por Nichols (2005) e sua influência na apropriação do espaço através da visão de Castro (2015) e a relação entre cinema e Geografia proposta por Costa (2011).

A pesquisa foi realizada a partir do método regressivo – progressivo proposto por Henri Lefebvre (1978), onde buscamos propor uma análise do presente partindo do atual para o passado, dialogando com diferentes movimentos, momentos, historicidades, informações e contextos do processo. A pesquisa ainda incluiu o trabalho de campo, revisão bibliográfica e a pesquisa documental. Na primeira etapa, foi realizada uma visita preliminar em meados de julho de 2023 para identificação e mapeamento de um dos sítios arqueológicos, com o uso do aplicativo C7 GPS Dados para a marcação precisa dos pontos de interesse. Além disso, foram realizados registros fotográficos detalhados do primeiro local, documentando características físicas, assim como a tomada de notas sobre o estado de conservação, contexto geográfico e possíveis influências culturais. A visita foi realizada com acompanhamento de um morador que serviu como guia turístico, além de pessoas de outros lugares do estado que também realizaram visita no mesmo dia.

Durante a segunda etapa, realizou-se uma revisão e análise de documentos relacionados à arte rupestre da área, como as fichas catalográficas do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para verificar registros e informações relevantes sobre a Pedra do Letreiro.

No mês de novembro de 2023, foi publicado pela Secretaria Municipal de Cultura, o Edital da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022) para produção audiovisual no município de Bernardino Batista, cujo um dos temas se referia a Pedra do Letreiro. Com isso, a terceira etapa consistiu na realização de uma segunda pesquisa de campo, realizada juntamente com outro morador que nos guiou até os dois sítios arqueológicos. Neste dia, foram realizados também os registros visuais com recursos de áudio e vídeo, tanto no que se refere às pinturas, quanto a participação de membros da comunidade, que nos ajudaram a representar a visão da

própria comunidade de capoeiras sobre esse patrimônio e a necessidade de preservá-las, nos provendo assim, certa compreensão do senso de identidade dessa comunidade.

A quarta etapa se refere à revisão bibliográfica, a partir de em uma análise detalhada das contribuições de diversos autores que fundamentam as discussões sobre (de) colonialidade, cartografia social e representações espaciais, utilizadas nos primeiros capítulos, e obras que trabalham com a perspectiva da relação entre cinema e Geografia, para embasamento do último capítulo.

A quinta etapa se consolida com o mapeamento realizado por meio do aplicativo C7 GPS Dados e das imagens de satélite do Google, permitiu-se a localização de pontos importantes para a identidade cultural dos moradores (Igreja, Escola, Associação rural, Praça, Cruzeiro e sítios arqueológicos).

A sexta etapa diz respeito à segunda parte da análise documental do documentário “Ecos Ancestrais”, onde se incorporou às entrevistas, imagens e vídeos do local, buscando trazer as principais informações adquiridas com a pesquisa, promovendo uma valorização da identidade da comunidade de Capoeiras, assim como uma compreensão da importância da preservação deste sítio arqueológico para entendimento de nossas origens e a influência da colonialidade no nosso imaginário e como ela afeta nossa visão sobre as representações espaciais e saberes desses povos.

O trabalho está organizado em cinco capítulos: introdução como capítulo um, o segundo capítulo denominado “*Uma representação decolonial do espaço*” com o foco na discussão teórica sobre Colonialidade e decolonialidade na perspectiva geográfica, bem como a análise crítica da cartografia moderna e o poder dos mapas. No terceiro capítulo, “*Uma representação cartográfica do espaço*”, serão exploradas as representações espaciais, incluindo cartografia social e ativismos cartográficos, além de um estudo específico sobre a pintura rupestre da Pedra do Letreiro em Bernardino Batista. O quarto capítulo, intitulado de “*Uma representação visual do espaço*” investigará a representação audiovisual como uma ferramenta para a apropriação e compreensão do espaço da Pedra do Letreiro, em Bernardino Batista, destacando como essas formas de representação contribuem para uma visão mais inclusiva e multifacetada do território. E por fim, as considerações finais acerca da discussão realizada ao longo da pesquisa.

Espera-se que por meio deste estudo, haja uma maior ampliação das discussões acerca das diferentes representações e formas de saber subalternizadas pela colonialidade, e maior debate acerca deste viés, para promoção de uma Geografia Decolonial, assim como práticas de

preservação destes patrimônios, não apenas para valorização de uma pluralidade cultural, mas uma compreensão da nossa própria historicidade, a partir do espaço, sobretudo no que diz respeito ao contexto local e as especificidades no município de Bernardino Batista.

Apesar de se compor como um possível atrativo turístico, temos como objetivo, sobretudo, promover uma forma de compreensão de nossa história através das diferentes formas de representação sociais deixadas no espaço, promovendo uma maior valorização da arte rupestre dentro da discussão geográfica como uma representação espacial da qual podemos utilizar para compreensão do espaço, mas também, para trazer um certo reconhecimento acerca da importância de sua preservação.

Nesta introdução, exploramos o contexto que motivou este estudo sobre representações espaciais e colonialidade em Bernardino Batista. Desde uma curiosidade inicial sobre a história local até a oportunidade de produzir um documentário sobre a arte rupestre rupestres, discutimos os caminhos que nos conduziram a essa investigação. Esperamos preencher lacunas históricas e oferecer uma visão ampla sobre a influência do passado colonial no presente, além de contribuir para a valorização do patrimônio cultural da região. Nos próximos capítulos, aprofundaremos nossas análises sobre colonialidade, Cartografia Social e representação audiovisual, buscando reflexões significativas sobre espaço, poder e memória.

2. UMA REPRESENTAÇÃO DECOLONIAL DO ESPAÇO

Neste capítulo buscaremos fazer uma breve abordagem sobre os pressupostos do projeto colonial, o papel do espaço/território na implicação desse processo e de que forma isso influencia o imaginário popular até os dias de hoje por meio da colonialidade do *saber*, do *ser* e do *poder* e o papel da Geografia, a priori, da Cartografia na reafirmação dessas relações verticais dentro de um sistema-mundo-moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES), assim como se propõe a teoria decolonial como uma forma de combater estas sequelas deixadas *por e para* nós.

2.1 Colonialidade e decolonialidade na perspectiva geográfica

Dentro do que entendemos ser a história epistemológica da Geografia, durante muito tempo, foi influenciada por diversos outros ramos de estudo. Isso fez com que seu objeto de estudo fosse um tópico sensível para a maioria daqueles que se diziam simpatizantes dessa nova ciência, considerando as diversas implicações e contradições sobre sua definição como uma ciência “sintética”, ou seja, que seria uma síntese de todas as outras ciências (Moraes, 2007).

Em detrimento de todas as perspectivas quanto a seu objeto de estudo, que iam desde a paisagem, que utilizaria somente dos aspectos visíveis do real e a diferenciação das áreas até o estudo das relações entre a sociedade e a natureza ou, de uma forma geral, de uma análise de fenômenos ocorridos na superfície do planeta, partiremos da compreensão do espaço, em sua *forma social* (Moraes, 1987), espaço esse considerado como um pilar protagonista, na construção desse saber e na implicação de suas definições, considerando o contexto de sua criação.

Quanto ao desenvolvimento da Geografia científica, a Alemanha desempenhou um grande papel, devido a suas particularidades históricas e sociais, em um período de fragmentação política e econômica, a ausência de um Estado Nacional unificado, a Geografia serviu a duas necessidades principais na Alemanha: unificação territorial e busca por um lugar entre as nações europeias por meio da expansão territorial e geopolítica. Os intelectuais Alexander Von Humboldt (1779-1859) e Karl Ritter (1789-1859), ambos ligados à aristocracia alemã, foram os fundadores da geografia e responsáveis por sistematizar todo o conhecimento até então. Humboldt, conhecido por suas viagens, ajudou a criar uma abordagem científica para a Geografia pautada nos fenômenos naturais, enquanto Ritter focava no teor histórico e o desenvolvimento

cultural e obras baseadas em uma vasta literatura geográfica, combinando-se os aspectos da Geografia Física e Regional na sistematização e instituição da Geografia acadêmica. Outros intelectuais, como Friedrich Ratzel (1844-1904) e o francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918), também influenciam esse desenvolvimento (Pereira, 1988).

A obra "Politische Geographie" (1897) de Friedrich Ratzel marcou o início da Geografia Política moderna, tornando-o um dos "clássicos" da ciência geográfica e pai da geografia moderna. Ele propôs a "antropogeografia", focada na influência das condições naturais sobre a humanidade, a distribuição das sociedades e a formação dos territórios, argumentando que a sociedade dependia do solo, e o crescimento do Estado estava ligado à utilização eficiente de seus recursos naturais. Introduziu o conceito de "Espaço Vital" (*Lebensraum*), sugerindo que o Estado precisava expandir para sobreviver. Tais preposições e seu teor científico foram usados como justificativa para políticas expansionistas e imperialistas (Pessanha & Mourão, 2014).

A partir destas proposições, pode-se refletir que historicamente, desde as grandes navegações, a construção de ferramentas de orientação e localização no espaço, assim como a criação de mapas, no contexto que precede a consolidação da Cartografia como uma ciência independente, conferia a Geografia um papel essencial nos interesses das elites econômicas e intelectuais, na expansão territorialista, e durante os processos imperialistas e foram fundamentais para que essas noções imperialistas pudessem reafirmar seu poder e se apropriar de novos territórios.

Compreendemos a colonização como um processo de dominação de um povo sobre o outro e a colonialidade como a influência (sequela) deixada por ele. Ao contrário do que se presume, essa influência não se findou com a ruptura do processo de colonização, de forma que suas consequências ainda são vistas por nós até os dias de hoje, enraizadas em nossa cultura, memória e também na construção do conhecimento, a partir de uma imagem de superioridade construída sobre o arcabouço sociocultural, político e intelectual europeu, sobretudo da perspectiva moderno-colonial do ocidente (Silva & Araújo, 2022).

Sob essa perspectiva, a colonização não pode ser vista apenas como a submissão de um povo a outro, mas também como uma violência contínua que, mais do que destruir outros povos, buscava inserir a cultura europeia no imaginário das sociedades colonizadas, substituindo diversas formas de ver, saber, viver e ser por aquelas que atendiam aos objetivos coloniais. Esse processo, conforme descrito por Santos (1998 apud Cruz, 2017), pode ser entendido como um

"epistemicídio". É importante destacar que essa imposição violenta encontrou resistência, e a ideia de submissão não deve ser confundida com uma aceitação hegemônica, onde o dominado reconhece e aceita o poder do dominador sem contestação.

A colonialidade é uma forma de dominação que não visava apenas submeter militarmente outros povos e destruí-los pela força, mas sim visa transformar sua alma com o objetivo de transformar radicalmente suas tradicionais formas de conhecer o mundo e a si mesmo, e, assim, levando o colonizado a adotar o próprio universo cognitivo do colonizador (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 58 apud CRUZ, 2017, p. 16).

Cruz (2017), a partir das proposições de autores como Lander (2005), Maldonado-Torres (2010), Sousa-Santos (2006) e Quijano (2005), reitera os conceitos propostos a partir da afirmação da existência de uma “colonialidade do poder, do saber, do ser e da *natureza*” e denuncia que a hegemonia do pensamento europeu nas produções de conhecimentos se pautava em dois principais mitos: (1) A ideia de que a história humana possui uma evolução linear que inicia na natureza e termina na Europa, como modelo de evolução e desenvolvimento a ser seguido pelos demais, enquanto tudo que é diferente é considerado ultrapassado e inferior no imaginário do progresso. (2) Promulgar que as diferenças entre a Europa e as demais civilizações se davam devido a diferenças raciais (supremacia ariana) ou até mesmo aspectos físico-naturais (como já vimos algo semelhante enraizado no determinismo geográfico).

Ao longo dos séculos, a distinção entre o colonizado e o colonizador tem resultado na marginalização e subalternização dos saberes das "raças" consideradas inferiores. O sistema eurocêntrico tem difundido a crença na superioridade intelectual e cultural europeia, suprimindo os conhecimentos indígenas, africanos e de outras regiões, o que contribui para que haja perpetuação da desigualdade social e econômica, bem como limita o potencial de “desenvolvimento e progresso”, lema sob o qual é regida a lógica capitalista e globalizada. Portanto, é crucial reconhecer para confrontar os legados dessa hegemonia eurocêntrica, buscando promover a igualdade de oportunidades e o respeito por todos os saberes e culturas, em detrimento da colonialidade do poder, do saber e do ser.

A colonialidade como herança cultural, cognitiva e epistêmica está materializada no eurocentrismo que atravessa e orienta até os dias atuais uma grande parte da produção intelectual produzida em ciências sociais, incluída aí a produção dos geógrafos (CRUZ, 2017, p. 18).

Essa forma de pensar é legitimada por grande parte das ciências sociais, incluindo a Geografia. Com essa obsessão pelo desenvolvimento, a velocidade e o “progresso” que Santos

(2002), chama de *aceleração contemporânea*, tendemos a nos tornar “adoradores, dubitativos ou firmes, da velocidade” e a partir de uma imaginação geográfica que estrutura o tempo-espaço conforme os ponteiros de um relógio global da modernidade, a partir das chamadas temporalidades hegemônicas (dos agentes hegemônicos da economia, da política e da cultura, da sociedade) e criam-se discursos que visam justificar as mais diversas formas de violência cometidas em nome dessa modernização.

Segundo Damasceno *et al.*, (2022) partir da década de 1990, diversos autores de ramos de estudo distintos iniciaram um movimento de crítica ainda mais radical a essa tradição eurocêntrica a partir da criação do Grupo Modernidade/Colonialidade propõe o debate e a construção colaborativa de um arcabouço teórico a partir de eventos e publicações que questionam mais do que uma herança político-econômica, mas uma herança epistêmica que contribui para uma centralização no campo da construção do saber em âmbito global, que valoriza saberes sobre outros, assim como trazem destaque para a reflexão sobre toda subjetividade que constitui o nosso ser-saber-fazer-viver presentes no nosso imaginário e ações cotidianas.

Em virtude disto, podemos compreender que a não superação dessa visão faz com que continuemos a esconder e naturalizar todo e qualquer tipo de desigualdade, impedindo que haja uma reflexão política acerca dos processos que as acarretam. Atualmente, as reflexões política, social, econômica e cultural, sobretudo, dentro do cenário epistêmico (que aqui se refere quanto a construção e pluralidade de saberes) promovido por autores latino-americanos, buscam trazer à tona narrativas decoloniais pautada na reafirmação da existência de multi-temporalidades e nas pluralidades do ser, do saber, do ver e do viver, a decolonialidade, então, promove a ideia de que não há uma espécie de saber objetivo e universal, como foi nos ensinado, mas que se modifica se transforma e se (re) constrói de diferentes maneiras, a depender do local, por quem, sobre o que(m), onde e quando ele foi produzido.

Maldonado-Torres (2018), destaca que a colonização não deve ser vista como algo do passado, mas como uma realidade presente, uma temporalidade anacrônica no qual grupos são submetidos a lógicas e conflitos que são considerados ultrapassados. Assim, temos uma abordagem de libertação que não busca imitar o modelo europeu, mas sim organizar a própria liberdade do colonizado. Embora a independência política, econômica e o fim do colonialismo formal sejam objetivos, alcançar a independência não significa necessariamente estar

descolonizado, logo, para contribuir com o entendimento deste conceito, temos a apresentação de dez teses² sobre o Projeto Decolonial, das quais destacamos três para análise nessa monografia.

Na segunda tese, denominada de “Colonialidade é diferente de colonialismo e decolonialidade é diferente de descolonização”, Maldonado-Torres (2018), traz uma classificação de conceitos que muitas vezes são utilizados como sinônimos, de forma que busca fazer uma distinção entre a dicotomia Colonialismo X Colonialidade e Descolonização X Decolonialidade. Enquanto o Colonialismo é visto como o período e processo histórico de formação política e econômica das colônias, a colonialidade diz mais respeito às influências deixadas por esse processo e os métodos utilizados por ele no impacto do imaginário epistêmico e cultural popular até os dias de hoje, contribuindo para uma formalização do tipo de saber, ser e poder a ser considerado como válido. Descolonização, reafirmada como o momento de insurgência ou independência política e econômica das colônias e a decolonialidade, vista como um processo que visa romper com a “lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos” (Maldonado Torres, 2018, p. 36).

A quinta tese, por sua vez, chamada de “A colonialidade envolve uma transformação radical do saber, do ser e do poder, levando à colonialidade do saber, à colonialidade do ser e à colonialidade do poder” destaca como a catástrofe metafísica utiliza diversas formas de distinção social e superioridade entre civilizações, naturalizando todas as formas de violência e desumanização para reproduzir as lógicas e objetivos da civilização ocidental moderna. O sujeito é definido pela sua posição na estrutura de poder e na produção do saber, sendo classificado como condenado quando está fora do tempo e do espaço considerado pelo sistema-mundo-moderno.

Os colonizados³ não conseguem produzir conhecimento (colonialidade do saber), geralmente se representam rejeitando a si mesmos (colonialidade do ser) e são mantidos em níveis inferiores dentro das estruturas de acumulação e exploração (colonialidade do poder). Assim, a decolonialidade só pode ser possível com a adoção de uma atitude decolonial, na qual o condenado emerge como pensador, ativista e/ou artista, atuando de forma coletiva e sem buscar

² Ver síntese das demais teses em Apêndice A.

³ Maldonado-Torres utiliza o termo “Condenados” ao tratar dos colonizados, o que a meu ver referencia questões ontológicas e espirituais, como a desumanização dos colonizados e uso do paganismo como justificativa de dominação por intermédio do Cristianismo.

reconhecimento das instituições que mantêm a lógica moderno-colonial, evitando assim se tornar um agente da colonialidade (Maldonado-Torres, 2018).

Por fim, em sua décima tese, intitulada “A decolonialidade é um projeto coletivo”, o referido autor propõe que o *condenado* como um ser questionador, escritor e/ou artista, impossível dentro de um sistema-mundo-moderno-colonial, cuja lógica busca minimizá-lo e desqualificá-lo. E destaca, ainda, em uma possível referência a questão da espiritualidade levantada dentro da *catástrofe metafísica*⁴, que a decolonialidade não é um projeto de salvação individual, e somente a partir da coletividade é possível desestabilizar a ordem de um sistema colonial.

Ao analisar a obra de Frantz Fanon (1925-1961), Amaro (2023) destaca que em “Os Condenados da Terra” (1961), a leitura oferece uma análise profunda da questão da violência colonial, destacando a subjugação, a invisibilização e a desumanização dos negros escravizados e colonizados como aspectos centrais da violência colonial, ao passo que também promove uma reflexão sobre essa violência e a alienação religiosa, que buscam, através dela, escapar da opressão diária e buscar a promessa de salvação futura, o que promove muitas vezes, uma desconexão com sua própria realidade e da possibilidade de transformação emancipatória.

A partir da proposta de uma decolonialidade, trataremos a partir de agora, como os aspectos da colonialidade podem ser refletidos no âmbito da ciência geográfica e, principalmente, cartográfica, a partir da subalternização de alguns saberes sobre outros, e por consequência, a valorização de representações espaciais em detrimento de outras ao confrontarmos que historicamente, a Geografia contribuiu para essas práticas imperialistas e coloniais, assim como a manutenção de um sistema ontológico, intelectual, e político-econômico hierárquico e desigual.

2.2 A Cartografia moderna e o poder dos mapas

Durante o período de ascensão dos Estados-Nação e de um forte movimento que visava, sobretudo, a expansão territorial, a cartografia se constitui numa íntima relação de cumplicidade com os poderes coloniais, pois além de desenhar a delimitação de fronteiras, ela exprime a imaginação e os desejos coloniais europeus sobre estes territórios (Rodrigues, 2006).

⁴ Aqui tratamos da Catástrofe metafísica como uma destruição de princípios, onde há uma desumanização dos povos de culturas e práticas morais diferentes a partir de um modelo moral de religião, por exemplo, o qual foi utilizado como justificativa para escravização de certos povos em detrimento de outros.

A consolidação do que Porto-Gonçalves (2006) chama de “sistema mundo moderno-colonial” promove inúmeras mudanças na concepção que se tinha sobre o mundo naquele momento. O advento das grandes navegações promoveu uma evolução técnica em diversas áreas, que vão desde a construção de estruturas para locomoção marítima, que navegam por todo o “mundo conhecido”, assim como, nas formas de representação do mundo, sendo criados diversos instrumentos que possibilitaram o surgimento de uma cartografia mais precisa, como por exemplo, “a invenção da bússola, a elaboração das cartas portulanas e o aperfeiçoamento dos barcos a vela fizeram com que o mundo conhecido dobrasse de extensão” (Castro, 2012, p. 26).

Seguindo as reflexões propostas por Aníbal Quinjano (apud Gouveia, 2021) aponta que o mito da “descoberta” promovida pelos colonizadores, não se trata somente de um fato físico, mas sim de uma narrativa cheia de significados que compõem grande parte do imaginário daqueles que foram “conquistados”. Dessa maneira, compreendemos que nosso arcabouço cultural, assim como os conhecimentos considerados válidos foram moldados seguindo uma lógica moderno-colonial, que como vimos anteriormente, ao contrário do que se presume, não fica presa ao passado junto ao processo de descolonização e independência política dos colonizados em si, mas continuam sendo perpetuados até os dias de hoje.

Esta lógica foi difundida, sobre a pretenciosa justificativa da colonização como o meio pelo qual se poderia alcançar o desenvolvimento e a modernidade, onde a civilização ocidental, e, sobretudo, europeia, era a ideia de modelo a ser alcançado pelos demais povos, subalternizados e submetidos a uma “coisificação”, permitida e imposta pelos dogmas da doutrina cristã (*catástrofe metafísica*). Na Península Ibérica, a oposição ao Império Otomano e a doutrina de “limpeza de sangue” ajudaram a controlar dissidentes, enquanto os portugueses iniciavam a escravização de africanos. A doutrina cristã permitiu atrocidades contra não cristãos fora da Europa, sem necessidade de grandes justificativas (Maldonado-Torres, 2018).

Partindo desta reflexão, torna-se pertinente dizer, no entanto, que os mapas são uma ferramenta crucial, criada com a finalidade de soluções estratégicas para a aquisição de poder e interesses político-religiosos. No contexto em que nos encontramos, podemos afirmar que uma das principais formas de consolidação se dá com a expansão territorial promovida pelos reinos ibéricos, em que o advento de uma “nova descoberta” diferencia o conquistador do conquistado e mantém em destaque e livre de dúvidas, sob qual lente a história devem ser contados, quais saberes devem ser subalternizados e quais devem ser exaltados.

Para Harley (2009), o mapa não é visto como uma representação passiva de um objeto, mas podem ser manipulados pelo poder hegemônico, podendo-se destacar três pontos que permitem perceber seu teor ideológico: os mapas podem ser considerados como uma forma de linguagem, que servem por intermédio de diferentes visões de mundo, onde o "simples" atos de situar um objeto dentro de um mapa geralmente está atrelado a um teor político; os mapas são representados a partir de simbolismos que nos dão uma ideia da carga ideológica implicitamente deixada por aquele que produz. Dessa forma, a Cartografia seria um produto social que reproduz não apenas contornos abstratos, mas o teor político de um território sob mapas oficiais ou de propaganda, para preservar uma ordem pública.

Assim, como a escrita e os números, os mapas expressam ideias, sendo necessário entender o contexto político-social para compreender a ideologia por trás de sua criação: os acontecimentos, motivos, efeitos, o cenário que implicou-na. Assim, a Cartografia como uma “ciência dos príncipes”, no entanto, também é possível associá-la a uma elite intelectual e também religiosa que patrocinaram diversas viagens e a confecção de mapas que serviam como uma espécie de comunicação imperial.

Tanto nos horrores da guerra quanto na rotina cotidiana, os mapas nos auxiliam na compreensão do mundo e funcionam como ferramentas imperiais, pois conforme Harley (2009, p.05) estes permitiram a divisão e a demarcação de fronteiras, a partir da reivindicação de territórios coloniais antes que eles sequer fossem ocupados, logo, de certa forma, os mapas foram utilizados para essa apropriação e anteciparam o império.

Autores como Harley (2009) e Rodrigues (2006) partilham da opinião de que os mapas permitem determinar graficamente o poderio de uma nação, na maioria das vezes, sem levar em consideração as questões como características físico-naturais ou localização habitada pelos povos nativos, que tiveram suas vozes silenciadas, importando apenas a delimitação de áreas em detrimento de rivalidades e conflitos. Eles ainda receberam influências culturais através de nosso imaginário, traduzidas em sua estruturação, resultando muitas vezes, em tendências da hierarquização nas representações, também através dos dogmas religiosos, onde os territórios “designados por Deus” são ilustrados como o centro do mundo. Além de que na maioria dos mapas, historicamente se trazia a Europa no centro, promovendo uma visão mais eurocêntrica do mundo, enquanto os demais mapas do globo permaneciam deformados, nesse contexto, também

podemos utilizar como exemplo o “Mapa TO”, onde Jerusalém aparece como centro do mundo revelando a influência do da Idade Média.

Através das simbologias, os mapas trazem uma carga ideológica, assim como ao apresentarem certas distorções que não podem ser consideradas como meros erros técnicos, mas como uma forma de enganar usuários que não estão totalmente familiarizados com certas convenções cartográficas, caracterizando a “falsificação intencional”, considerando que para Harley (2009, p. 11) as fronteiras, muitas vezes são frutos de distorções geográficas que reafirmam pretensões históricas. Dessa forma, os mapas seriam utilizados para antecipar projetos e ambições territoriais.

Para Rodrigues (2005), nos mapas coloniais, estas fronteiras não costumam fazer referência aos habitantes pré-existentes dessas regiões e costumam influenciar até hoje na forma como alguns territórios são delimitados, no que ela chama de “recortes coloniais” (p.28) e como verdadeiras heranças. Essas fronteiras que anteriormente delimitaram as áreas de poder com relação aos conflitos políticos entre as potências, hoje retratam nos mapas os mesmos territórios a partir de uma visão que evidencia as condições sociais desigualitárias, como indicadores de pobreza na dicotomia Norte/Sul, substituindo a representação da relação Colonizador/Colonizado.

Apesar de, ao longo da pesquisa, trabalharmos desde um recorte temporal que vai da pré-história, ao considerar a pintura rupestre como uma forma de representação espacial, nos apropriamos aqui da modernidade colonial para discussão do saber científico e a desqualificação de outras formas de saber, que remete aos períodos coloniais, governos imperialistas e a criação da cartografia moderna, essas características continuam aparecendo dentro dos objetos cartográficos, mesmo atualmente. Um grande exemplo disso é o fato de que o Google, como uma das maiores e mais influentes instituições no âmbito digital, que detém conhecimento e poder, redesenha certas fronteiras que estão à mercê de conflitos, de forma que os usuários têm uma visão diferente a depender de qual lugar do mundo acessam. De acordo com o próprio suporte do *Google Maps* e *Google Earth*⁵, nas fronteiras (ou limites), as linhas são desenhadas de acordo com a situação política da fronteira.

⁵ Como as fronteiras são identificadas no território pelo Google. Disponível em: <https://support.google.com/earth/answer/7365706?hl=pt-BR>

A partir da análise de um artigo vinculado ao jornal estadunidense, *The Washington Post*⁶, em 2020, o Google Maps tem redesenhado fronteiras nos mapas a depender de quem está acessando, a exemplo da representação cartográfica do território da Caxemira, alvo de conflitos entre a Índia e o Paquistão durante mais de setenta anos, sendo palco de diversas contradições políticas. Logo, ao redesenhar as fronteiras, os usuários que acessam o Google a partir do servidor indiano, podem enxergá-la como pertencentes a seu território, já em outras áreas, a área é representada com uma linha pontilhada, a simbologia utilizada para identificar áreas de conflitos.

Alguns veículos de comunicação como a revista *Veja*⁷ e o *Jornal O Globo*⁸, também abordam a questão referente ao território da Crimeia representado pelo software (Google Maps), onde os usuários teriam acesso a versões diferentes dos mapas: 1) Uma versão em que a linha de separação entre Crimeia e a Ucrânia é quase imperceptível; 2); Crimeia representada com uma linha entre a região e o restante do território ucraniano, vinculando-a ao território russo; 3) A versão internacional representada como uma área de conflito por uma linha pontilhada, demonstrando que decisões ainda não foram tomadas.

Ao compreendermos o mapa como um instrumento de poder repleto de intencionalidade, que denuncia ideologias de seus próprios criadores, nunca “isentos de juízo de valor” entende-se que a cartografia promove tanto a valorização daquilo que consideram dignos de serem representadas. No que se refere as omissões, várias áreas são desconsideradas, estas vão desde zonas rurais até áreas mais pobres de mapas de antigas cidades, isso sem levar em consideração o “silenciamento” das localizações habitadas pelos povos nativos em mapas coloniais (Harley, 2009). De certa forma, isso produz uma visão pouco humanizada e amplamente territorialista, em razão da expansão promovida por práticas imperialistas e coloniais, que reafirma a autoridade de povos sobre outros, buscaremos, então, analisar suas implicações na forma como enxergamos as diferentes formas de saber-representar, as quais são atribuídos diferentes valores.

Como refletimos ao longo do capítulo que a cartografia e os mapas têm sido ferramentas de poder, moldando nossa percepção do espaço e servindo como instrumentos coloniais para

⁶ Leia a matéria “Google redesenha as fronteiras dos mapas dependendo de quem está olhando”. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/technology/2020/02/14/google-maps-political-borders/>

⁷ <https://veja.abril.com.br/tecnologia/google-maps-adapta-a-crise-da-ucrania-ao-gosto-do-fregues/mobile>

⁸ <https://oglobo.globo.com/economia/a-crimea-ainda-da-ucrania-ao-menos-no-google-maps-12080373>

apropriação territorial e desvalorizando outras formas de saber. No contexto local da Pedra do Letreiro, em Bernardino Batista-PB, essas práticas se revelam na forma das pinturas rupestres do sítio arqueológico, que embora cadastrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, enfrentam problemas relacionados à falta de preservação, desta maneira, buscamos uma valorização deste patrimônio e a rica diversidade cultural, ontológica e de saberes.

3. UMA REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DO ESPAÇO

Como abordado anteriormente, mediante o breve contexto da epistemologia da Geografia, na década de 70, do século XIX, que essa se tornou uma ciência autônoma, influenciada pelo positivismo, historicismo e funcionalismo/estruturalismo, originando a Geografia Clássica. No ano de 1950, suas limitações no pós-guerra levaram ao surgimento da Geografia Teorética ou Quantitativa, que usava modelos estatísticos para análise espacial, no Brasil, essa nova abordagem foi impulsionada pela criação de instituições como IBGE e UNESP (Vesentini, 1987).

Para Moraes (1987), o conhecimento crítico reflete as transformações sociais, sendo as ciências expressões de sua época, logo, o progresso científico não ocorre independentemente das relações políticas e econômicas vigentes. A crítica à Geografia tradicional se intensificou gradualmente, culminando na "crise da Geografia" nos anos 70, devido às limitações na análise espacial, considerando a emergente necessidade de reestruturação após os conflitos da Segunda Guerra Mundial. A Geografia Crítica é considerada uma ciência social que “desnaturalizou” seus conceitos e tendeu a se preocupar com as questões sociais, apesar de alguns geógrafos resistirem a abandonar a análise de fenômenos que não podem ser imediatamente visualizados.

Segundo Porto-Gonçalves (1978), discutiam-se os desafios da Geografia como ciência capaz de compreender e explicar problemas concretos do espaço geográfico: poluição, desigualdades regionais e sociais, guerras de independência e neocolonialismo, expansão do socialismo e redução do espaço controlado pelo capitalismo imperialista. Esses problemas evidenciam uma crise que se manifesta em espaços específicos e exige respostas dos geógrafos, uma "Geografia da Crise". No entanto, ao hesitarem em reformular uma base teórica antiquada e não assumirem uma posição crítica, os geógrafos acabam sendo engolidos pela "Crise da Geografia", pois a realidade exige uma compreensão que oriente a prática para superar esses problemas.

Os autores e as concepções utilizadas para o debate que seguirá, seguem o viés da Cartografia Social, que emerge da crítica à Geografia. Apesar de não ter sido muito discutida diante do tradicionalismo no contexto da ciência geográfica, atualmente vem tomando forma como uma tentativa de produção de conhecimento e representações espaciais que fogem do que é pregado pela Cartografia Moderna e a uma visão do que é superior dentro no contexto da colonialidade do saber.

O interesse por esta discussão surgiu de minha curiosidade acerca da história do município que sempre foi marcada por incertezas e lacunas, especialmente em torno da chegada de um padre à região para constituir morada. Estas proposições são promovidas pela oralidade local, mas não puderam ser comprovadas até hoje através de nenhum registro. Considerando a história oficial divulgada acerca da fundação deste município, questionei-me acerca da pouca divulgação atribuída a esse patrimônio histórico no processo de formação desse território e de uma territorialidade, que com o passar do tempo, que parecia cada vez mais esquecido.

Recentemente, o envolvimento com a temática ressurgiu com a oportunidade proporcionada pela Lei Paulo Gustavo, que incentivava a criação de produtos audiovisuais sobre pontos históricos do município, no qual, me inscrevi e fui selecionada com um dos Projetos vencedores para a categoria do gênero documentário, que teve a Pedra do Letreiro no Sítio Capoeiras, zona rural do município, como o foco, o que foi de grande importância para instigar o desenvolvimento da pesquisa.

3.1. Os espaços e suas representações

Dentro do espaço de discussão geográfica, há certa problemática no uso de conceitos e categorias de análise, sobretudo no que diz respeito à questão espaço-território, que são amplamente utilizados como sinônimos, sobretudo do estudo de fenômenos sociais. O conceito que aqui trabalharemos se refere ao território não somente como uma dimensão política, mas primordialmente simbólica do espaço, assim como a concepção de *territorialidade*, partindo do princípio de que todo território possui uma territorialidade, mas nem toda territorialidade possui um território – no sentido material (Haesbaert, 2009).

Desta forma, assim como Porto-Gonçalves (2012), garantimos ao conceito de território um teor decolonial, para além da ideia de apropriação política proposta pelo colonialismo, o território como a-histórico. Assim, sob uma perspectiva decolonial, devem ser considerados os sujeitos que os constituem, ou já o fez algum dia, através de uma apropriação material e, sobretudo, simbólica, uma vez que o território e a sociedade são indissociáveis, pois toda sociedade, ao se constituir, constitui seu território.

O território se constitui mediante a construção de uma identidade cultural, a partir de um agrupamento de múltiplos sujeitos, com múltiplas experiências e individualidades, mas que

compartilham de um mesmo sentimento, que a partir de uma apropriação simbólica e afetiva permite a humanização do espaço (Medeiros, 2009). Essa apropriação pode ocorrer tanto de maneira concreta, quanto por meio de uma representação, a partir das necessidades daqueles que os produzem e da compreensão das potencialidades desses territórios (Raffestin, 2009), pois conforme já discutido, as representações destacam os desejos expansionistas de seus produtores.

Raffestin (2009) ainda sugere que a própria paisagem pode ser analisada para compreender essa relação do homem e seu ambiente no passado, ao revelarem um encontro entre o físico material e o simbólico que expressam, de certa forma, esse processo de territorialização, no qual o território se coloca como uma “matéria-prima” dessas representações, que podem se ocorrer de múltiplas maneiras.

Os territórios constituem o mundo material percebido e se tornam a “matéria-prima” oferecida à imaginação, para ser “trabalhada” e produzir imagens ou representações que podem ser manifestadas através de diversos tipos de linguagem: a língua natural para uma representação literária, a linguagem gráfica para o desenho e pintura, a linguagem plástica para a escultura, a linguagem sonora para uma representação musical, as diversas linguagens, simbólicas, lógico-formais e/ou matemáticas." (RAFFESTIN, 2009, p.33)

Nesta perspectiva, podemos compreender que a união entre o ambiente físico e as ações de determinado grupo podem ser percebidos ao se sobrepor ao ambiente físico. Essa união contribui para uma passagem do espaço para o território, que carrega a história e identidade desta comunidade. Sob essa ótica, a paisagem, portanto, consistiria em um dos objetos de estudo acerca da ocupação do espaço e da construção afetiva do território por meio da cultura e das influências deixadas por esses agrupamentos. A partir das discussões travadas por Claval (2007, p. 14) temos que:

Na medida em que a lembrança das ações coletivas se funde aos caprichos da topografia, às arquiteturas admiráveis ou aos monumentos criados para sustentar a memória de todos, o espaço torna-se território (...) as paisagens constituem um objeto de estudo fascinante (...) Falam dos homens que as modelam e que as habitam atualmente e daqueles que lhe precederam; informam sobre as necessidades e os sonhos de hoje, e sobre aqueles de um passado muitas vezes difícil de datar.

Em contraposição a visão do território como um fator de proteção físico e simbólico às territorialidades e construído a partir das potencialidades e necessidades dos sujeitos que as

construíram, é primordial destacar que a visão eurocêntrica privilegia o (seu próprio) tempo em razão do espaço para que possam se considerar avançados em relação a outras sociedades tidas como atrasadas, conforme assinala Porto-Gonçalves & Haesbaert (2006), a partir de uma ruptura entre o homem e a natureza que deve ser conquistada.

Vale ressaltar que a “conquista” de territórios dentro da disputa pela hegemonia no mundo-moderno-colonial se consolidou com o apoio da Igreja, capital e da técnica (ciência), sobretudo no que diz respeito à ciência cartográfica. No entanto, é necessário pensar por quem e para quem essa técnica/ciência foi produzida, pois, ainda, seguindo as proposições de Porto-Gonçalves & Haesbaert (2006, p.23) “é preciso desnaturalizar a técnica, enfim libertá-la dessa visão que fala de uma revolução tecnológica em cursos sem se perguntar quem foi em curso essa revolução”.

Essa revolução técnica caracteriza o saber ocidental como a única forma de conhecimento válido, inclusive dentro da ciência geográfica e mais especificamente, dentro da Cartografia que historicamente promoveu a sistematização do conhecimento, em detrimento da subalternização de outros saberes.

Logo, ao mesmo tempo em que, de certa forma, minimiza o conhecimento que está para além de um centro epistemológico “global”. Contraditoriamente, uma burguesia mercantil já se apropriou de conhecimentos e invenções produzidos por essas *outras* nações, tais como a bússola, a pólvora e a própria cartografia dentro do projeto de “conquista” territorial que *naturalmente* foram propostos como ocidentais (Porto-Gonçalves & Haesbaert, 2006, p.23).

Com as definições acerca do que de fato podem ser consideradas como mapa e Cartografia, é indispensável termos a compreensão de que estas convenções acabam por desconsiderar as *outras* formas de representar e tudo aquilo que está aquém do que propõem é classificado como arte e renegado pela ciência por serem inexatos. Ao passo que, contraditoriamente, "observamos que a construção das ciências cartográficas não se faz sem o atributo de formulações imprecisas e muitas vezes erradas dos territórios geograficamente representados (...)" (Rodrigues, 2006, p.31).

A Projeção de Mercator (1569) que, por exemplo, representou os grandes avanços técnicos para a Cartografia do século XVI, ainda é a mais utilizada para representar a Terra, muito embora, possua uma distorção em relação às massas continentais, considerando o uso da

projeção cilíndrica. Entretanto, em sua análise, Rodrigues (2006, p. 34) aponta o aumento considerável da América do Norte e Europa em relação à América do Sul e ao continente Africano, como uma possível tentativa de valorização de territórios do Norte Global, sobretudo da Europa. Ao mesmo tempo, a referida autora, estabelece uma relação entre a atual dicotomia Norte-Sul e a influência dessa colonialidade do poder na sobrevalorização histórica também do saber científico do Norte, em comparação ao Sul.

Ao compreender essa relação vertical, é preciso promover uma valorização dos saberes produzido por esses povos que vêm sendo subalternizados e suprimidos em um epistemicídio proposto por Boaventura de Sousa Santos (1998). Além disso, vemos que a expressão “Epistemologias do Sul” (2006) é consagrada como uma alternativa a esta dominação epistemológica resultada do colonialismo, a partir de um conjunto de intervenções e a valorização dos saberes dos povos colonizados, em sua obra de mesmo nome (2009), onde se incluem autores do Sul geográfico (América Latina, África e Ásia).

A análise acerca da expressão "Epistemologias do Sul" como a promoção de um espaço onde se é possível revisitar a diversidade de saberes daqueles indivíduos cujas experiências não são consideradas pelo conhecimento acadêmico eurocêntrico, desenvolvendo conceito de pluriverso, uma vez que *"en la perspectiva pluriversal, existen múltiples veracidades, pero no se pretende 'corregir' la visión de ninguna de ellas como si hubiese una forma superior de definir la 'realidad'"* (ESCOBAR, 2001, p.22)⁹.

Atualmente, cada vez mais, busca-se, através da produção de saberes, provocar uma ruptura com a perspectiva de distância objetiva entre a ciência e a realidade vivida, e que acaba por desqualificar os outros conhecimentos e experiências ancestrais desses que residem nesses territórios, a partir do uso das próprias técnicas e ferramentas científicas, nas lutas afetivas e representação das multiterritorialidades, representações estas que vão além do âmbito das produções gráficas e dos mapas oficiais criados por elites intelectuais, mas que realmente se veiculam como um objeto de comunicação destas lutas. A partir disso, Gouveia (2021) propõe uma distinção entre estas representações e os mapas.

⁹ “Na perspectiva pluriversal, há múltiplas verdades, mas não há tentativa de "corrigir" a visão de nenhuma delas como se houvesse uma forma superior de definir a "realidade".

As representações espaciais vão além da produção gráfica e estão diretamente relacionadas aos grupos e suas territorialidades e objetos de comunicação, de maneira que Gouveia (2021, p.21-22) propõe uma distinção entre estas representações e os mapas.

Parte-se aqui, de um pressuposto que compreende as representações espaciais como um conteúdo que transcenda a confecção de representações gráficas do espaço. Entendemos que as representações espaciais, mentais ou gráficas, são parte fundamental da territorialidade de quaisquer grupos (...) Neste sentido, propomos uma distinção entre as representações espaciais como um todo, sendo estas gráficas ou não, e os mapas, que podem ser compreendidos enquanto uma linguagem específica de representação gráfica do espaço. Compreendemos que esta distinção seja proveitosa no sentido de considerar o conteúdo das representações como uma informação abstrata e importante, que precede o ato de transformá-la em um objeto de comunicação.

Partindo da perspectiva da representação espacial com uma produção afetiva que leva em consideração as diversas vivências e a pluralidade de saberes, as territorialidades que envolvem todo um povo, a Cartografia Social surge como um ramo da produção e construção de um conhecimento/objeto cartográfico coletivo e participativo com diversos grupos que foram subalternizados e silenciados diante da produção científica em sua forma convencional (ocidental/eurocêntrica).

A Cartografia Social envolve um processo onde os membros de um grupo representam quem são e como vivem, permitindo que eles próprios se auto mapeiem¹⁰, desenvolvendo um fortalecimento da identidade e do sentimento de pertencimento desses grupos. Nestes mapeamentos, há o uso de iconografia (símbolos) diferente dos convencionais, que geralmente representam algum valor simbólico para os grupos, aspectos que não costumam aparecer nas representações oficiais, pois são geralmente rejeitadas pelo tecnicismo cartográfico (Santos, 2012).

Para compreendermos essa relação entre o patrimônio histórico e a linguagem cartográfica, após essa discussão acerca da perspectiva teórica da Cartografia tradicional, que muitas vezes se concentra na representação física e geográfica do espaço, e a Cartografia Social,

¹⁰ Um exemplo prático seria o Projeto de Extensão intitulado de "*Mapeando saberes: Geotecnologias aplicadas a autogestão territorial por meio de processos de ensino e aprendizagem no Semiárido*", que uniu professores e alunos do Centro de Formação de Professores - CFP, da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, a trabalharem em conjunto com a comunidade do Assentamento Rural Pe. Cleides para produzirem um mapa "afetivo" do território ocupado por eles, a partir da visão das próprias crianças do assentamento, que produziram os desenhos utilizados como símbolos/legenda no mapa produzido, com responsabilidade técnica do Grupo de Extensão CARTONOMIA e do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET, também em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT - Sertão).

enquanto incorporação das narrativas e experiências das comunidades locais, reconhecendo que o espaço é moldado por relações sociais e culturais complexas, utilizaremos o contexto da Pedra do Letreiro em Bernardino Batista, PB para produção/análise de dois tipos de representações espaciais.

3.2. De Serra do Padre a Bernardino Batista: uma breve caracterização sobre a área de estudo

O município de Bernardino Batista (MAPA 05) localiza-se na região imediata de Cajazeiras, mesorregião do sertão paraibano, com uma área territorial de 57,453 km² e uma população estimada em 3.504 habitantes (IBGE, 2022), limitando-se ao Sul com o município de Triunfo, a Leste com Joca Claudino, a Norte com Poço Dantas e a Oeste, com Icó, no estado do Ceará. O território de Bernardino Batista é dividido em zona urbana e outras 22 áreas que compõem a zona rural.

O município é conhecido historicamente pelo seu primeiro nome, “Serra do Padre” e embora esteja inserido no “Polígono das Secas”, constituindo um tipo semiárido quente e seco, segundo a classificação de Koppen (1956), por estar localizada a 700m de altitude, acima do nível do mar, apresenta temperaturas mais amenas em relação às localidades circunvizinhas. O seu relevo se encontra localizado na “Depressão Sertaneja”, constituindo-se de um extenso pediplano arrasado, onde localmente se destacam elevações residuais alongadas e seus cursos de água são afluentes da denominada Bacia do Rio do Rio do Peixe (CPRM, 2005)¹¹.

A história aponta que por volta do ano de 1815, o Padre José Dantas Rothéa chegou à região atraído pelo clima e com o objetivo de evangelizar. Trazendo consigo estudantes seminaristas e pessoas escravizadas, de forma que construiu uma residência. Acredita-se que posteriormente, esta casa tenha sido habitada por Francisco Egídio dos Santos (*in memoriam*) que encontrou muitos dos pertences deixados pelo Padre, sendo a primeira casa do município, e ainda hoje se encontra conservada no centro urbano da Cidade¹².

A Serra do Padre era inicialmente um Distrito do município de São João do Rio do Peixe e passou a ser denominado de Bernardino Batista em homenagem ao Sr. Bernardino José Batista, eleito como Vereador pelo município de São João do Rio do Peixe. Em 1981, através da Lei

¹¹ Diagnóstico realizado pelo Serviço Geológico do Brasil - CPRM (2005): https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/15799/1/Rel_Bernardino_Batista.pdf

¹² História disponível no site oficial do município: <https://www.bernardinobatista.pb.gov.br/a-cidade/historia>

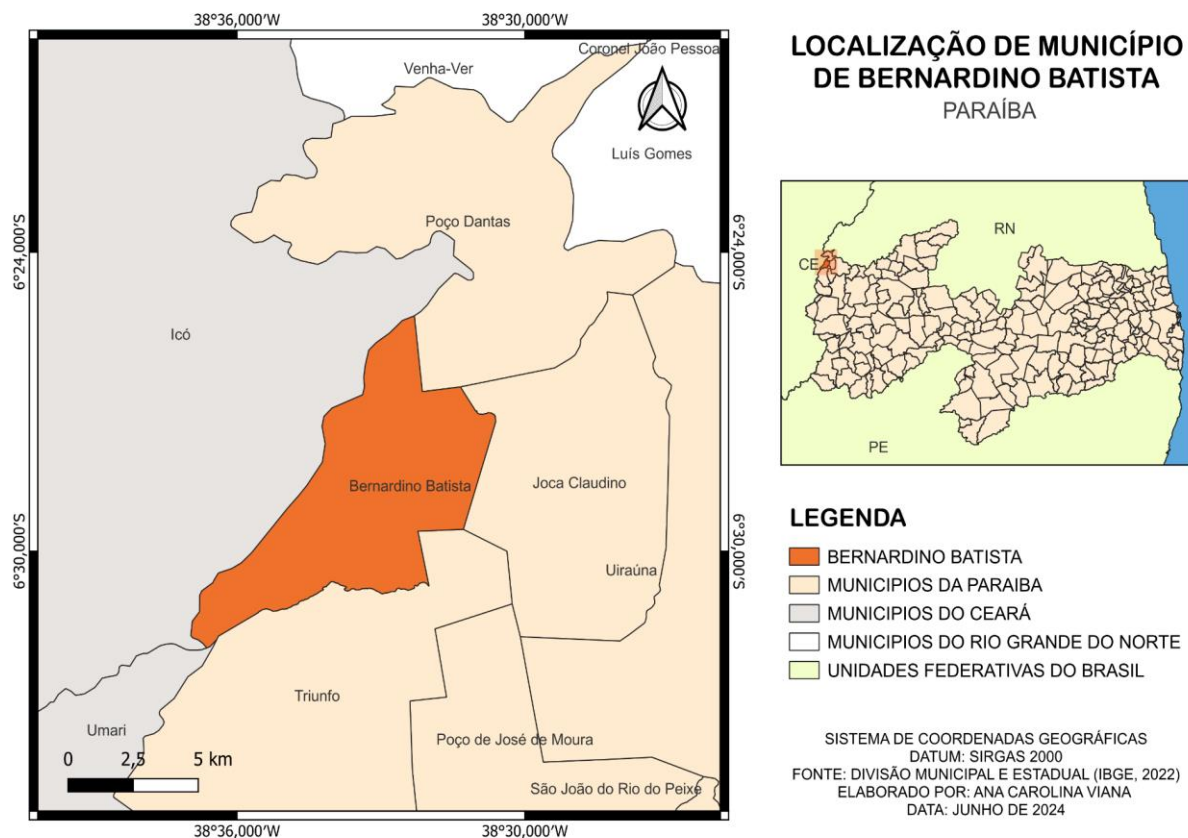
Estadual de nº 4.367 foi vinculado como distrito pertencente ao município de Triunfo-PB, sendo desmembrado somente com sua Emancipação Política, a partir da Lei Estadual de nº 5.929, promulgada em 29 de abril de 1994.

O município também é conhecido pelo nome de "Terra do Caju" devido à grande produção dessa fruta ao longo de sua história. Em 2019, a cidade passou por uma revitalização e a retomada da produção de caju a partir de um convênio entre o Governo do Estado e a EMPAER, resultando no plantio de 10.500 mudas por famílias agricultoras de 13 comunidades rurais. A alcunha de “Terra dos Primos Casados”¹³ surge pela primeira vez, ao ser noticiada pelo telejornal “Bom dia Brasil”, devido ao maior número de casais com laços sanguíneos, que aponta pelo menos quatro a cada dez casais como primos.

Apesar de essas informações terem sido perpetuadas e difundidas como verdades ao longo do tempo, pela população através tradição oral, a história do município ainda é uma incógnita, uma vez que não há quaisquer provas concretas e documentais de que tais eventos tenham realmente acontecido. Em linhas gerais, pouco se sabe sobre isso, pois devido à falta de registros, sua história não passa de casos contados e reproduzidos ao longo das gerações. Desta forma, entendemos a importância das diferentes formas de documentos, assim como representações sociais que se inserem no espaço na busca por essa historicidade perdida.

¹³ Notícia Bom dia Brasil sobre Terra dos primos casados. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2010/12/cidade-dos-primos-teme-ver-novos-filhos-nascer-com-alguma-deficiencia.html>>

Mapa 1 - Localização do município de Bernardino Batista, PB



Fonte: VIANA (2024)

3.2.1. A Pedra do Letreiro

O Sítio Capoeiras faz parte da zona rural e fica a sul do município de Bernardino Batista. A comunidade, ao longo dos anos, passou por algumas modificações no que se refere à delimitação de território, tendo sido parte do município de Triunfo-PB – onde parte de seu território ainda se insere – e posteriormente anexada à antiga Serra do Padre, mas por muito tempo foi negligenciada por ambas as partes. Pelo fato de estar sediada em uma área mais rebaixada tomando em relação ao centro do município, é de difícil acessibilidade, devido às estradas de terra serem bastante íngremes e ser contornada por grandes formações rochosas.

Na localidade existe presença de pinturas rupestres já cadastradas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, mas que muitas vezes não são nem reconhecidas pelos próprios moradores, portanto é um patrimônio desconhecido por parte da população do município de Bernardino Batista. O local foi denominado de “Pedra do Letreiro” e as pinturas foram datadas como do período pré-colonial e remontam a presença de habitantes na região que poderiam trazer mais informações acerca da história de nossos ancestrais, mas que, no entanto, permanecem em um crítico estado de desvalorização. A vegetação local se caracteriza como Savana-estépica (Caatinga), cujo uso do terreno é caracterizado como uma área devoluta de domínio privado.

Os sítios foram denominados como Pedra do Letreiro 01 e Pedra do Letreiro 02. O primeiro está sob o código de Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA)¹⁴ PB00151, localizado nas coordenadas 6°31'13.3"S de latitude e 38°35'49"O de longitude, possui uma área de 110m² e está a uma altitude de 468m em relação ao nível do mar. O IPHAN descreveu o primeiro sítio como um “abrigo sob rocha formado por um grande bloco. O painel está localizado em uma das faces do bloco. Os grafismos são da cor vermelha, com pontos e traços em ziguezague, compondo figuras geométricas”.

Devido às informações disponibilizadas pelo Portal do IPHAN estarem incompletas, foram solicitadas por meio de processo eletrônico, algumas complementações que permitissem um melhor estudo da área. No entanto, o IPHAN, no dia 14 de dezembro de 2023. Através da arqueóloga da equipe técnica Larisa de Moura Araújo, comunicou que os sítios Pedra do Letreiro I e II estão em processo de recadastramento pela Superintendência do IPHAN na Paraíba, juntamente com outros 138 sítios arqueológicos, pois nos antigos cadastros destes sítios no CNSA, os quais foram efetuados ainda em 2012 estavam pendentes boa parte das informações necessárias à localização e à própria gestão futura dos bens.

Deste modo, os sítios passaram por pesquisa realizada por equipe de Arqueologia habilitada e autorizada pelo IPHAN para que os dados sejam posteriormente atualizados no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG IPHAN. Estas ações ainda estariam em andamento e, tão logo sejam aprovados os produtos contratados pelo Instituto, os sítios serão homologados pela Área de Registro e Cadastro do Centro Nacional de Arqueologia e todos os dados estarão disponíveis para consulta no SICG.

¹⁴ Disponível no Portal do IPHAN: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?21443

Desta maneira, tendo em vista o exposto, um dos resultados desta pesquisa, se consolida com o mapeamento realizado por meio do aplicativo C7 GPS Dados e das imagens de satélite do Google, que permitiu a localização de pontos importantes para a identidade cultural dos moradores, tais como: Igreja, Escola, Associação rural, Praça, Cruzeiro e os Sítios arqueológicos.

Os pontos foram distribuídos em uma tabela do programa Microsoft Excel, com a identificação dos pontos e suas coordenadas geográficas e importadas para o programa de Geoprocessamento, QGIS, utilizada para a elaboração de mapas a partir do complemento *Spreadsheet Layers*. A identificação dos pontos na espacialização das coordenadas no mapa ocorreu a partir de iconografia personalizada realizada pela autora e imagens de alguns dos locais que foram enviadas por alguns dos moradores. A referida representação espacial foi intitulada de “Territorialidade e afetividade: Pontos afetivos do Sítio Capoeiras” (Mapa 02).

Desta forma, compreende-se que a partir da metodologia participativa, estes grupos podem pensar o espaço e também representar o espaço vivido para além das representações oficiais. Ou seja, rompe com a passividade desses sujeitos, colocando-os na posição de protagonista, podendo-se criar políticas públicas que realmente contemplem a realidade destes indivíduos e promovam um desenvolvimento local, a partir de suas necessidades e visões de mundo escancarado nos mapas produzidos por relações sociais horizontais, dando voz aos historicamente desfavorecidos, tornando-se uma ferramenta democrática, com uma linguagem acessível e de fácil compreensão feita *por* e *para* estes grupos.

Com isso, entendemos que apesar da grande importância das escrituras para que as gerações futuras possam entender de fato suas próprias origens, as representações espaciais, em especial, a arte rupestre, pode remontar um pouco acerca dessa história ainda não contada, a partir de uma (re) leitura destes elementos deixados no espaço.



Mapa 2 - Territorialidade e afetividade: Pontos afetivos do Sítio Capoeiras. Fonte: VIANA, 2024.

4. UMA REPRESENTAÇÃO VISUAL DO ESPAÇO

Este capítulo tem como objetivo apresentar um dos resultados aos quais se foi possível alcançar ao longo do processo de pesquisa e, considerando a discussão acerca dos diversos tipos de representação espacial ao longo deste trabalho, produzimos dois tipos de representação: a primeira, um mapa que segue a linha da cartografia Social já apresentado no capítulo anterior e a segunda, a análise de um documentário produzido pela própria autora, em conjunto com outras duas pessoas, para a Lei Paulo Gustavo, a partir de uma analogia entre as representações visuais de caráter cartográfico e audiovisual, conforme a discussão estabelecida dentro do capítulo na coleta de dados e informações sobre o espaço.

Ao longo da pesquisa, foi possível destacar diversas dificuldades no que diz respeito ao arcabouço teórico e intelectual dentro da discussão decolonial, sobretudo, no que se refere à pauta dos ativismos cartográficos e a arte rupestre no âmbito geográfico, principalmente trabalhos e discussões recentes sobre a temática, envolvendo a Geografia. Desta forma, buscando ampliar este debate, através de discussões de aportes teóricos como Nichols (2005), Ribeiro (2005), Ramos (2011), Costa (2011), Castro (2015), Pinto (2016), Resende (2016), Barbosa (2017), Lopes (2019), Rodrigues *et al.*, (2023) para embasar a proposição de uma relação histórica entre a Geografia (bem como Cartografia) e as produções audiovisuais.

4.1 Geografia e Cinema

Considerando a perspectiva de que como nenhum outro tipo de representação, as imagens conseguem transmitir uma impressão vívida da realidade, surgiria o cinema, no final do século XIX, com o pioneirismo dos irmãos Lumiere ao registrarem em curtos vídeos, cenas cotidianas em como a imagem dos trabalhadores deixando seus postos de trabalho em seu filme de nome "Saída dos trabalhadores das fábricas Lumiere"¹⁵ (Nichols, 2005).

Ribeiro (2005) aponta o surgimento do cinema em um período de expansão industrial, ao retratar os modos de produção do intercâmbio industrial capitalista, assim como a estruturação do espaço urbano através de tecnologias tidas como modernas. Para o referido autor, a fotografia permitia armazenar imagens e interpretações subjetivas do outro, e eram, sobretudo, utilizadas viajantes e cientistas em estudos. Dessa forma, compreendemos que desde sempre, o cinema e a ciência estiveram interligados.

¹⁵ "Saída dos trabalhadores das fábricas Lumiere". Disponível em:
https://youtu.be/fNk_hMK_nQo?si=bPPHafUyQot8ZpKj

As tendências visualizantes do discurso antropológico ocidental abriram o caminho para a representação cinematográfica de outros territórios e culturas (...) A diferença das mais reputadas e "inacessíveis" ciências e artes das elites, o cinema popularizador podia apresentar aos espectadores mundos não europeus, deixando-lhes ver e sentir civilizações estranhas. Podia transformar o obscuro mapa-mundi num outro mundo conhecido e familiar... Como produto da ciência e de cultura de massas, o cinema combinava as viagens como o conhecimento, as viagens com o espetáculo e transmitia a ideia do "mundo como exposição" (Shohat & Stan, 2002, p. 122 e 125 apud RIBEIRO, 2005, p.621).

Para pesquisas do ramo da Antropologia, por exemplo, as imagens retratavam a diversidade cultural e os diferentes estágios civilizacionais ocidentais e de outras sociedades, contribuindo com uma percepção espacial social e cultural delas a partir de expedições científicas, das quais muitos cineastas e fotógrafos eram submetidos a permanecer se submeter à experiência local para melhor compreender e transmitir o ponto de vista dos nativos e registrá-los, o que funcionava como documentação e banco de dados dos objetos pesquisados. Desse modo, tanto a fotografia, quanto a cinematografia permitiram esta apropriação a partir das representações visuais (Pinto, 2016).

As sociedades e as culturas permaneceram como que divididas em predominantemente observadas (fotografadas, estudadas, cinematografadas) e predominantemente observadoras (que fotografam, estudam, produzem filmes), orientais e ocidentais, sul e norte, pobres e ricos, rurais e urbanas, femininas e masculinas (RIBEIRO, 2005, p.616 apud PINTO, 2016).

Assim como os Lumière, essas produções se aproximavam cada vez mais do que conhecemos hoje como documentário e, embora, durassem poucos minutos, ofereciam uma entrada para um mundo histórico e realidades distintas às nossas. Os documentários ganharam força a partir da década de 1920 com “Nanook, o esquimó”¹⁶ de Robert Flaherty, considerado o primeiro documentário de longa-metragem a conseguir fama internacional e conta a vida do esquimó e sua família e sua luta pela sobrevivência no Canadá, ao mesmo tempo que traria consigo o que se chamou de primeiro filme etnográfico, a partir de uma colaboração entre cineasta e pessoas filmadas (Resende, 2016) e a primeira obra com conceito de antropologia visual (Lopes, 2019).

Partindo dos pressupostos de Costa (2011), vemos a importância do cinema e das imagens audiovisuais como campo de estudo para a Geografia. Com isto, compreendemos que o cinema influencia a percepção e a compreensão dos espaços geográficos, uma vez que

¹⁶ Nanook, o Esquimó. Disponível em: <https://youtu.be/v-dQbuW4kY4?si=TI8P7SahHTTte26J>

os filmes não apenas representam o mundo real, mas promovem uma apropriação visual dos espaços, permitindo que os espectadores formem suas próprias ideias sobre esses lugares, já que o conhecimento sobre muitos desses espaços é adquirido pela mídia, de forma geral, e pelo cinema que tem a possibilidade de moldar nossa percepção, muitas vezes antes da experiência direta com os lugares representados.

Um exemplo da maneira com que nossa percepção é influenciada pelo cinema, é a promoção de estereótipos e imagem pré-concebidas de povos e culturas que estão em uma espécie de periferia das produções para além das telas europeias e de Hollywood, uma vez que durante muito tempo, produções estrangeiras ficaram esquecidas e foram confinadas e limitadas ao público de seus próprios países.¹⁷

Ao citar Hopkins (1994), Costa (2011) conclui que o cinema não é um lugar neutro e, muito menos, um retrato do 'real', mas uma construção ideológica que pode, de certo modo, ajudar a questionar formas de poder através das produções, no qual se é possível relacionar as próprias geografias social, espacial e política, conforme a citação:

A paisagem cinematográfica não é, conseqüentemente, um lugar neutro para o entretenimento, ou uma documentação objetiva, ou um espelho do 'real', mas uma criação cultural ideologicamente comprometida, em que significados do lugar e da sociedade são formados, legitimados, contestados e esquecidos. Intervir na produção e consumo da paisagem cinematográfica nos ajudará a questionar o poder e a ideologia da representação, e a política e problemas contidos na interpretação. Principalmente, isso contribuirá para uma finalidade mais ampla que é mapear as geografias sociais, espaciais e políticas do filme (HOPKINS, 1994, p. 47 apud COSTA, 2011, p. 50).

Ao refletirmos sobre a relação do cinema com a Geografia, podemos de certa forma, estabelecer uma relação com a própria Cartografia, considerando que ambas transformam o mundo em representações gráficas e, ao serem submetidos à expansão, primeiro colonial e depois, industrial, isto contribui para que haja uma dominação e apropriação do mundo pelo homem moderno branco e ocidental através do 'visual', pela cartografia convencional na forma de mapas e posteriormente, pelo cinema (Castro, 2015) e até mesmo outras formas de representação de diferentes sociedades e tempos históricos, como a própria pintura rupestre, utilizada pelos nativos, possivelmente para demarcar suas áreas de domínio.

¹⁷ O filme "O Menino que Descobriu o Vento" (2019), dirigido pelo ator britânico-nigeriano Chiwetel Ejiofor, retrata a realidade do Malawi, um país da África Subsaariana, destacando a aridez e a pobreza da região, mas transformando essa percepção ao mostrar o jovem William Kamkwamba, que usa a educação para construir uma turbina eólica e mudar a realidade de sua comunidade. No Brasil, "Cidade de Deus" (2002) apresenta as favelas cariocas como espaços marcados pela violência e desigualdade, mas também traz a história de Buscapé, um jovem que encontra na fotografia uma forma de representar sua realidade e buscar uma vida melhor.

Seguindo com as proposições de Castro (2015), faz-se uma analogia ao mencionar o projeto de Albert Khan (1860-1940) chamado *Archives*, que ao reunir jovens fotógrafos e operadores de máquina licenciados por meio de bolsas, visitaram 48 países entre os anos de 1912 e 1931, produzindo uma espécie de inventário global com mais de cem horas de duração, questiona: “o que seria isso senão um atlas, a enciclopédia visual do mundo?” ou até mesmo poderíamos pensar como um antecessor do próprio sensoriamento remoto e aerofotogrametria, o registro de imagens aéreas utilizadas para análise de áreas de destruição, feitas pelo exército francês em 1919, após a Primeira Guerra Mundial.

A relação intrínseca entre a Geografia e o cinema ¹⁸se dá através do uso do cinema e, sobretudo, do documentário como uma ferramenta educacional e uma forma de representação da realidade e percepções do espaço para além da abordagem cartesiana da Cartografia convencional que envolve uma coleta de dados diretamente de encontros com os sujeitos e/nos espaços filmados.

Barbosa (2017), se apoia na distinção feita por Gilles Deleuze entre ficção e documentário, visto como "cinema de realidade", que utiliza pessoas e objetos reais para construir suas narrativas. A realidade virtual no cinema é apresentada como uma construção feita através das relações de pertencimento, localização e simbolismo, indo além do que os mapas cartesianos podem oferecer. Partindo desta perspectiva, queremos abordar aqui o gênero documentário não apenas como uma ferramenta socioeducativa, mas, sobretudo, como uma representação do espaço e reafirmação da identidade de uma comunidade, para formação crítica e ampliação da cultura visual.

Retomando o que foi proposto por Nichols (2005), os documentários, historicamente tem tratado as questões sociais e políticas, uma vez que a ideologia por trás de sua produção tem o poder de promover estereótipos às imagens dos atores sociais, o que envolve uma questão de ética e uma dimensão política para além da representada no cenário fílmico, considerando que os documentários são um retrato pessoal do cineasta que consideram as questões sociais de uma perspectiva individual.

Mesmo que de uma forma geral, o gênero documentário possa ser considerado como um discurso fílmico composto por imagens e que é carregado de saberes na forma de

¹⁸ O curso de Licenciatura do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG propõe, ocasionalmente, em sua grade curricular, a disciplina optativa de TEG: Geografia e Cinema. A ementa traduz a disciplina como uma forma que utiliza o cinema como ferramenta didática para o ensino de Geografia, abordando sua linguagem e aplicação educacional e cujos objetivos incluem capacitar os alunos para analisar filmes geograficamente, utilizar recursos audiovisuais no ensino e explorar o uso lúdico de filmes. O conteúdo cobre tipos de produções como: análise de longas-metragens, curtas, documentários, animações e montagem de roteiros a partir de etapas teórica, prática e de pesquisa.

proposições afirmativas sobre a realidade, haveria um paradoxo nesta possível definição dentro do círculo do audiovisual, uma vez que, uma não ficção. Ao ser transmitido como uma "representação do real" pressupõe a ideia equivocada e heterogênea do que é real, que é única e subjetivamente baseada em uma ideologia própria daquele que o produz, e constitui-se a partir de uma visão, um recorte do saber e do mundo, pautada em uma única ótica de análise, mas que, no entanto, ao promovermos uma caracterização de um documentário como "verdadeiro" ou "falso", retiramos-lhe o direito à subjetividade (Ramos, 2011).

Segundo Resende (2016), o documentário evoca-se uma dimensão tanto espacial quanto temporal, ao passo que muito mais importa de “qual lugar se fala?” do que “quem fala”, pois, sua fala seria social e coletivamente construída. Logo, o individual precisaria se tornar coletivo para alcançar certo caráter político, a partir de um *território* compartilhado, assim como a ideia de *lugar* e *espaço* físicos e subjetivos, pois esse espaço é necessário quanto à ocupação pelos sujeitos fisicamente, politicamente, socialmente, verbalmente, remontando tempos passados e, muitas vezes, dialogando entre diferentes gerações na construção de uma narrativa.

O artigo "Cultura visual, educação e identidade: o documentário como ferramenta didática" de Rodrigues *et al.*, (2023) explora a importância das experiências visuais na educação e na formação da identidade. Os autores argumentam que a imagem desempenha um papel crucial na percepção do mundo, influenciando ações e sendo mediada por aspectos políticos e relações de poder e destacam que o consumo de imagens é um processo contínuo de reprodução, compartilhamento e ressignificação.

A educação visual deve promover a formação de uma identidade coletiva e cidadã, utilizando uma linguagem acessível para diversos públicos e os documentários, em particular, podem proporcionar uma compreensão mais profunda de fenômenos sociais, que poderiam passar despercebidos, ao promover uma aprendizagem significativa e crítica, essencial para a formação cidadã e a inclusão social, uma vez que esses "filmes não são autônomos, mas são produzidos a partir de mitos, crenças, valores e práticas sociais das diferentes culturas, narrativas orais, escritas ou audiovisuais ganham sentido" (Duarte, 2002, p. 51-52 apud Rodrigues, 2023, p. 30446).

Em um evolucionismo linear em que o fim se delimita na sociedade moderna europeia, tudo que está para além dela, em uma espécie de periferia socioeconômica, política e intelectual é visto como “passado”, reprimindo as formas de produção de conhecimento, subjetividades e manifestações dos colonizados e, ao passo que a própria geografia contribuiu historicamente para manutenção das ideologias e interesses elitistas da classe dominante,

assim como a materialização do colonialismo e do racismo, também no âmbito da educação, cabe a ela, promover uma desconstrução dessas ideias a partir de uma releitura do espaço dentro da própria disciplina.

Compreendemos por meio deste debate que a utilização de ferramentas audiovisuais, como documentários é essencial para a aprendizagem significativa e para a construção identitária. As tecnologias atuais, como cinema, redes sociais e videogames, redefinem conceitos de espaço, tempo, memória e distribuição de conhecimento, tornando a imagem uma fonte poderosa de informação e educação, sendo necessária uma leitura crítica das imagens, que não apenas informam, mas também educam e produzem conhecimento.

A partir da compreensão que, ao subjugar determinados povos, a colonialidade também impôs modos específicos de produção de saber, é possível estabelecer uma conexão não só entre o papel da cartografia na apropriação desses territórios, mas também promoveu a valorização de certas representações espaciais em relação a outras. A partir dessa compreensão, emerge uma tentativa de valorização de outras formas de representar o espaço, tais como: a arte rupestre da Pedra do Letreiro, assim como utilizando da produção audiovisual como fonte de análise documental, promovendo uma percepção antagônica a ideia de que apenas os mapas são representações válidas do ponto de vista científico ao incorporar essas outras formas de produção de conhecimento, como embasamento para este trabalho acadêmico, valorizando as diferentes experiências e representações espaciais para além daquelas traçadas pelos colonizadores

As tecnologias podem ser empregadas na tentativa de conservar práticas culturais ameaçadas através de formas de narrativas visuais e audiovisuais (Ribeiro, 2005). Ao realizarmos esse encontro entre o acadêmico e o popular a partir da comunidade do Sítio Capoeiras, prezamos pelo conhecimento e a abordagem da história do município, através da abordagem sobre Patrimônios históricos materiais e imateriais, buscando integrar a comunidade em uma produção audiovisual, do tipo documentário, através do Edital da Lei Paulo Gustavo, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de Bernardino Batista, na tentativa de consolidar o uso da imagem como um instrumento de luta para valorização da Pedra do Letreiro, partindo da compreensão de sua importância para os estudos relacionados aos fenômenos histórico-sociais e culturais promovidos no espaço.

4.2 A análise do documentário “Ecos Ancestrais” na compreensão da realidade local

A partir da compreensão da pluralidade de representações espaciais, atribuímos em particular, a imagem da arte rupestre como um *patrimônio desconsiderado*, no que se refere a pouca importância a ela atribuída dentro da história do município, a partir do contexto da Pedra do Letreiro. Conforme o que foi debatido ao longo desta pesquisa, compreendemos que a superioridade do saber europeu em diversas áreas da produção de conhecimento foi apenas uma das inúmeras consequências trazidas pela colonialidade do poder, enquanto os saberes considerados subalternos foram omitidos, silenciados e/ou ignorados (Grosfoguel, 2009), consequentemente este fator acaba por difundir e favorecer a valorização de certas experiências, saberes e bens culturais de determinados grupos ligados a uma elite intelectual, enquanto as demais são silenciadas.

Ao identificarmos os saberes deixados pelos povos originários, assim como daqueles provenientes do continente africano como alguns daqueles que sofreram com o silenciamento, com a ampliação dos estudos referentes ao conceito de patrimônio, estas temáticas favorecem de certa forma, estes grupos historicamente esquecidos, que reconhecem estes bens culturais materiais ou imateriais e contribuem para sua perpetuação nas novas gerações, independente de apoio governamental (Hostensky, 2021).

Diante da luta de diversos grupos sociais e comunidade em nome de diretrizes como a identidade, territorialidade e o reconhecimento de uma diversidade cultural, levaram a atuação de órgãos como o IPHAN a programarem ações e políticas de valorização e preservação de uma diversidade cultural e de saberes que foram invisibilizadas dentro desse processo de patrimonialização do Brasil, como os indígenas e africanos (Tolentino, 2018).

A partir da utilização de conceitos geográficos como o de território, territorialidade e espaço geográfico dentro desta pesquisa, visa-se promover a valorização da pluralidade de vozes e da identidade no reconhecimento da ideia de lugar a partir da visão dos próprios moradores, proporcionando uma reflexão através de uma metodologia didática que pudesse viabilizar e democratizar um maior entendimento de nossa própria história por parte da população. Nesse caso, o documentário deu-se a partir da análise das pinturas rupestres deixadas por povos indígenas que habitaram a região há muito tempo, buscando propor isso a partir da narrativa da própria população da comunidade de Capoeiras, considerando toda historicidade visível e invisível dentro do espaço geográfico a partir dessas manifestações culturais.

No entanto, é notório que se somam muitos os desafios para uma descolonização da Geografia e a transformação do sentir-pensar-produzir o espaço geográfico, levando em consideração as vozes historicamente excluídas, considerando identidades, imagens, saberes e experiências, algo que vai além de todos os ideais historicamente enraizados em nosso imaginário. Para isso, propomos a utilização dessas ferramentas historicamente utilizadas para subalternizar esses saberes, como a própria tecnologia, tão excludente dentro de uma visão evolucionista, ressignificando assim, toda essa produção dentro da perspectiva decolonial e desmistificando o colonialismo do saber que prevalece em nosso imaginário.

O documentário em questão, denominado de “Ecos Ancestrais: Uma jornada pelas pinturas rupestres da Pedra do Letreiro” ¹⁹ (2024), sob direção de Ana Carolina Viana e fotografia de Ruth Rany Pereira Viana, com aproximadamente 22 minutos de duração e foi produzido para o Edital de produção audiovisual da Lei Paulo Gustavo entre o período 2023.2 a 2024.1 e apresentado em sua primeira versão no dia 24 de fevereiro em um evento realizado para exibição de outros produtos audiovisuais.

A obra propõe-se, inicialmente, busca-se aqui trazer uma dicotomia entre o que imerge e o que emerge, o velho e o novo, o que é considerado tecnológico e o que é considerado como ultrapassado, usando das ferramentas de produção, edição e veiculação para produção de um documentário, visando promover um senso de importância e responsabilidade para com o patrimônio histórico da Pedra do Letreiro.

A classificação do gênero documentário proposta por Nichols (2005), está dividida entre seis categorias: modo poético, modo expositivo, modo observativo, modo participativo, modo reflexivo e modo performático. Ao analisá-las, entende-se que a produção emprega a perspectiva tanto do modo participativo quanto reflexivo proposto pelo autor, uma vez que, leva o cineasta a participar da realidade da comunidade, ao passo que imprime a situação de desconsideração ao patrimônio da Pedra do Letreiro por parte da própria população e promove reflexões sobre possíveis soluções para a problemática, apontando ainda o espectador como agentes transformadores, uma ponte entre o que *já existe* e as *novas formas* que desejamos ver no mundo.

A estética empregada na produção, desde as fontes até as paletas de cores utilizadas, é pensada como uma forma de transmitir o sentimento de ancestralidade inspirado nos tons das tintas naturais utilizadas para as pinturas rupestres em superfícies rochosas. O início traz uma breve contextualização do que são as pinturas rupestres, como elas representam o passado e as

¹⁹ Documentário “Ecos Ancestrais”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WPdKsa3xW4g>>

práticas e vivências daqueles que as criaram, sobretudo no cenário da Região Nordeste e, consequentemente, do município, usando da escala de representação do geral para o particular, enquanto o instrumental²⁰ utilizado no fundo é uma referência à música tradicional indígena feita com uma flauta indígena de bambu, um tambor e também um chocalho.

O emprego de ferramentas como Google Earth visou à promoção da perspectiva geográfica e o senso de localização, seguido pelas imagens que evidenciam o percurso realizado e uma visão mais ampla da parte topográfica da comunidade, cercada por grandes serras e blocos rochosos, mostrando através da narrativa, a opinião de alguns dos moradores sobre a Pedra do Letreiro, o que ele representa em suas vivências e suas perspectivas para uma maior valorização deste patrimônio a partir da iniciativa do setor público, a partir do trabalho de campo, assim como análise documental de registros realizados pelo IPHAN, mediante o qual foi possível coletar uma série de dados.

No que se refere ao contexto do estudo sobre a arte rupestre, independentemente das diferentes perspectivas de análise, existem duas grandes abordagens analíticas: a clássica, que estuda as pinturas e gravuras rupestres como objetos em si, e a arqueológica, que as utiliza como fontes de dados para as pesquisas em pré-história, ambas apresentam abordagens, finalidades e, portanto, resultados distintos (Pessis, 1994).

As pinturas se apresentam dispostas em blocos de rocha do tipo granito, devido a área de formação geológica na qual está localizada, que de acordo com o Serviço Geológico do Brasil – SGB e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais CPRM (2005), consiste em Suíte calcialcalina de médio a alto potássio Itaporanga (cm): granito e granodiorito porfirítico associado a diorito (588 Ma U-Pb) do Neoproterozoico (NP3 2cm). Foram catalogadas para o trabalho quatro pinturas que apresentam maior visibilidade distribuída em dois locais diferentes. O primeiro, em paredão de aproximadamente entre 12m e 15m de altura (Imagem 1) possui uma abertura para uma caverna, que nos permite entendê-la como um possível local de abrigo contra certas condições climáticas e nele se dispõe duas figuras.

²⁰ Música instrumental indígena. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bgry6D00bHc>

Imagem 01 - Formação rochosa da Pedra do Letreiro, Bernardino Batista-PB



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Os sítios foram denominados como Pedra do Letreiro 01 e Pedra do Letreiro 02. O primeiro está sob o código de Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA)²¹ PB00151, localizado nas coordenadas 6°31'13.3"S de latitude e 38°35'49"O de longitude, possui uma área de 110m² e está a uma altitude de 468m em relação ao nível do mar. A classificação da arte rupestre é do tipo pintura, passível de Tradição Agreste²², tipo de vegetação local como Savana-estépica (Caatinga), localizado a cerca de 100m de um olho d'água e cujo uso do terreno é caracterizado como uma área devoluta de domínio privado, sendo datado da época Pré-colonial, com forma elipsoidal em tipo de solo rochoso, cuja exposição se dá em um abrigo sob rocha. De forma geral, seu estado integridade é maior que 75% e de acordo com o IPHAN, este sítio arqueológico possui um alto grau de relevância.

A primeira pintura que aqui será denominada como "A" (Imagem 02) representa uma figura geométrica que parece ter sido produzida a partir do uso de polegares e possui 1,40m de comprimento. A pintura "B" (Imagem 03), por sua vez, corresponde uma forma geométrica formada por linhas retas verticais e horizontais e mede em torno de 1,60m de comprimento e ambas as pinturas foram realizadas com uma espécie de pigmento natural de

²¹ Disponível no Portal do IPHAN: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?21443

²² A arte rupestre é classificada em "tradições" que se referem ao estilo seguido em cada uma delas. As principais tradições incluem: Nordeste, São Francisco, Itacoatiara e Agreste, dentre outras. Aguiar (1986) caracteriza de forma geral a Tradição Agreste como grafismos de grande tamanho sejam eles de composição (figuras que permitem reconhecimento como antropomorfos ou formas humanas e zoomorfos - formas de animais) ou puros (figuras geométricas ou simbólicas).

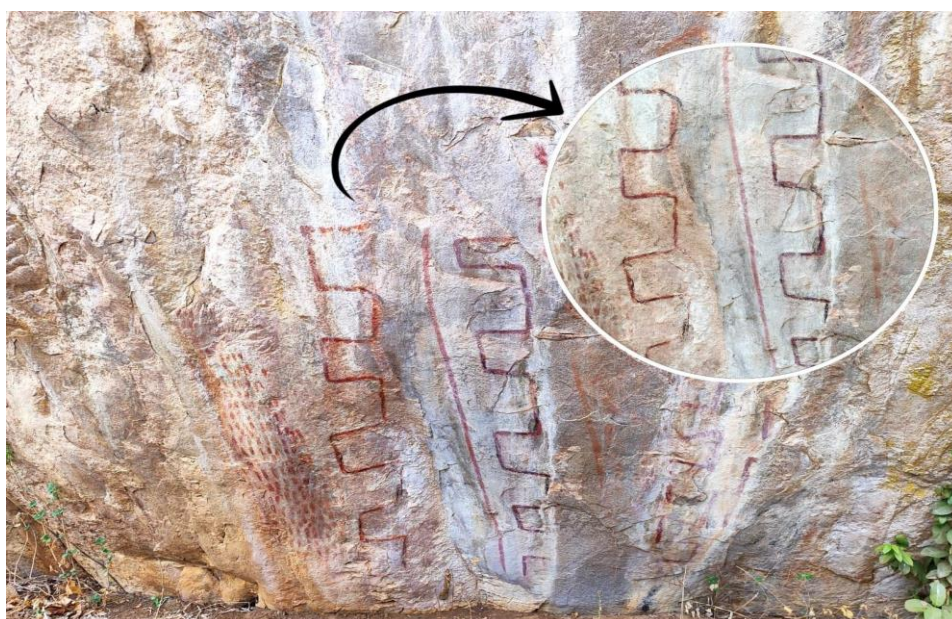
alta durabilidade, mas que vem perdendo cor, devido à falta de preservação, também foi possível observar na primeira visita, traços de carvão contornando as figuras, o que foi revelado pelos moradores que foi realizado pelas crianças do local que costumam ir até lá sem supervisão.

Imagem 2- Pintura “A”, Pedra do Letreiro, Bernardino Batista-PB



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Imagem 3 - Pintura “B”²³, Pedra do Letreiro, Bernardino Batista-PB



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

²³ Contorno em carvão realizado por crianças da comunidade.

A segunda parte da Pedra do Letreiro, localizado nas coordenadas latitude 6°31'12.7"S de latitude e 38°35'50.3" O de longitude, está sob o código de Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) PB00169, estes apresentam informações básicas e incompletas como classificação da arte rupestre como do tipo pintura, da Tradição Agreste, unicomponencial da época Pré-colonial e exposição do tipo em gruta e apresenta um grau de integridade entre 25% e 75% e possui um alto grau de relevância.

No segundo local, aparentemente, as pinturas também foram realizadas com o mesmo tipo de pigmento, no entanto, estão menos visíveis, possivelmente devido ao local ser mais amplo, está submetida a uma maior ação intempérica, recebendo uma maior incidência de raios solares e também da chuva. A pintura “C” (IMAGEM 06) é formada por pequenos traços (semelhantes aos vistos na pintura “A”), que formam uma linha horizontal. Já a pintura “D” (IMAGEM 07) que parece representar figuras humanas a partir de linhas e traços encontra-se em um estágio mais avançado de degradação. Ambas as pinturas são bem menores do que as vistas anteriormente, medindo não mais do que alguns centímetros.

Imagem 4 - Pintura “C”, Pedra do Letreiro, Bernardino Batista-PB



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Imagem 5 - Pintura “D”, Pedra do Letreiro, Bernardino Batista-PB



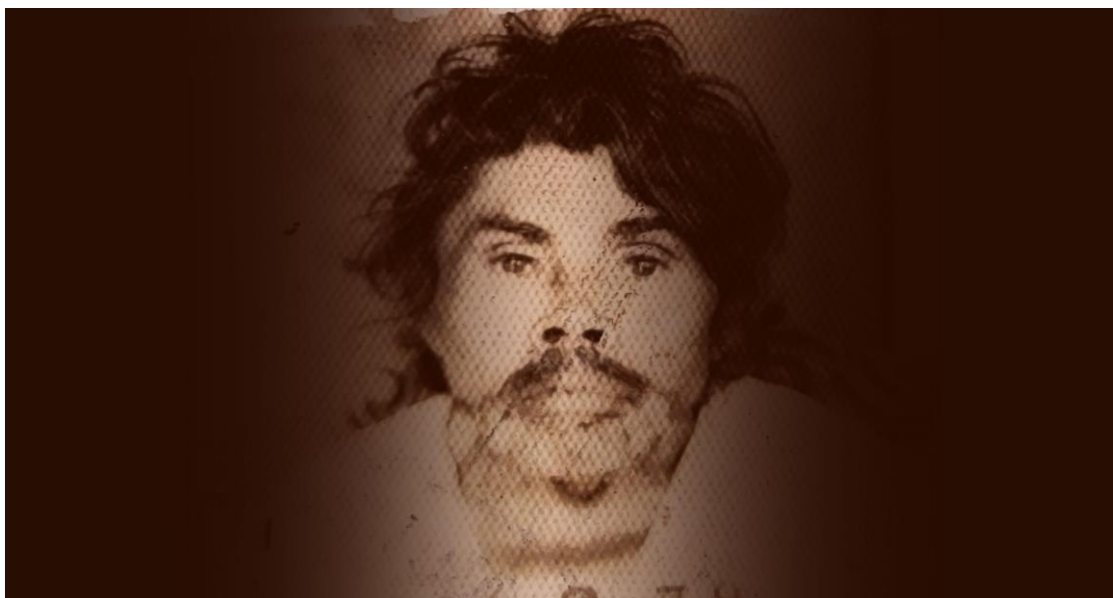
Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Considerando que parte da história ficou perdida ao longo dos anos, ao conversarmos com os moradores dessa região, compreendemos a existência de indícios de um povoamento muito anterior ao que se presume que com a chegada do Padre José Dantas Rothea a região por volta do século XIX. Logo, abre-se um portal para novas perspectivas sobre nossa ancestralidade pelos povos indígenas na região a partir de vestígios de sua presença como as próprias pinturas e objetos que segundo os moradores, acabaram por se findar com a passagem do tempo e a falta de preservação.

Embora os estudos realizados pelo IPHAN ou os moradores não consigam afirmar com plena certeza sobre a nação indígena que povoou a região o período pré-colonial, a presença e influência indígena na região no período contemporâneo é revelada pela presença do indígena Pedro Álvares²⁴ (*in Memoriam*), mais popularmente conhecido como Pedro Bonito, que habitou a região durante toda sua vida e faleceu por volta dos oitenta anos de idade, há cerca de quarenta anos atrás, sendo descrito como um homem que trabalhava tanto na lavoura quanto na produção de peças artesanais como cadeiras e brinquedos populares na época, assim como com um forte senso religioso que contribuiu para consolidação da igreja de São Sebastião e da própria comunidade de Capoeiras. Os moradores que o conheceram e chegaram a conviver com o homem revelaram que ele chegou ainda criança, com sua mãe e seu irmão Chico Bonito (*in Memoriam*) na região e foram encontrados em meio a mata.

²⁴ Imagem 6.

Imagem 6 - Registro do indígena Pedro Bonito, Bernardino Batista-PB



Fonte: Documentário “Ecos Ancestrais” / A imagem foi fornecida por uma família da comunidade com quem Pedro possuía um vínculo.

Alguns moradores atribuem sua origem aos povos indígenas “guarani” supostamente vindo do Rio Grande do Norte. Embora essa suposição seja devido à proximidade geográfica, a veracidade dessa informação é incerta, se considerarmos a influência da colonialidade no imaginário popular, que tende a simplificar a diversidade indígena, categorizando-os apenas como “tupi” ou “guarani”, desconsiderando a rica e variada complexidade cultural e histórica dos povos indígenas. Isso revela a necessidade de uma abordagem mais cuidadosa e informada sobre as identidades indígenas, respeitando sua diversidade e evitando simplificações que não correspondem à realidade histórica.

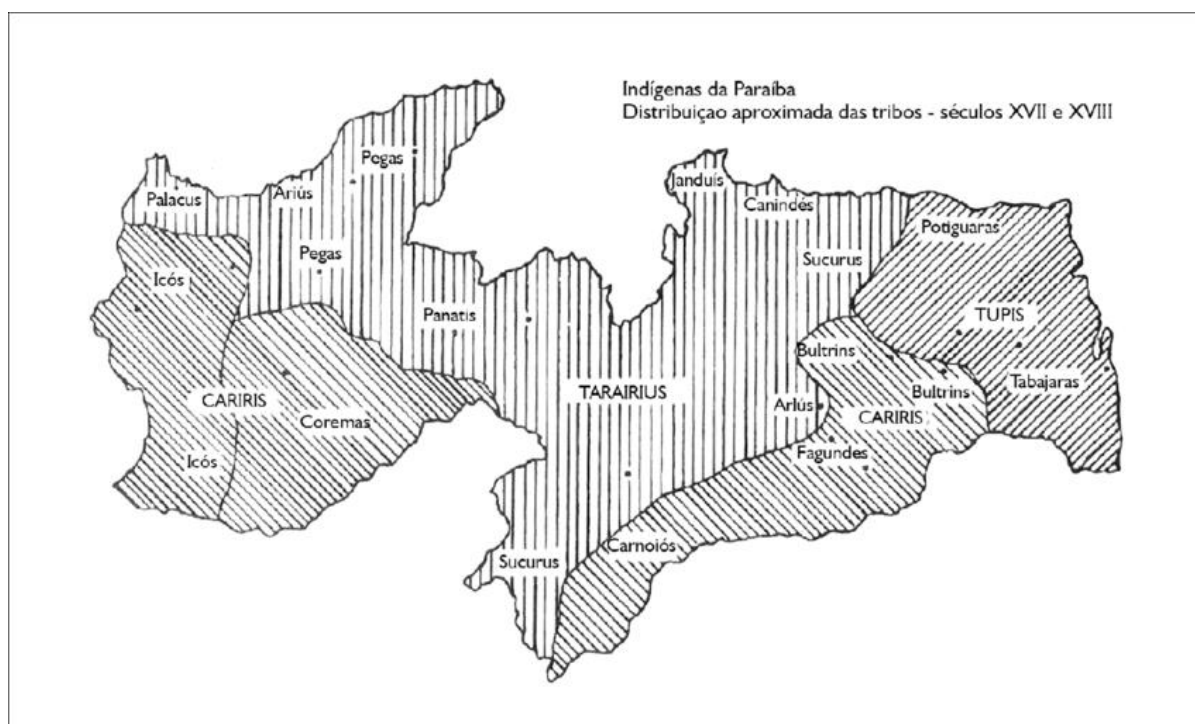
No contexto deste documentário, é importante reconhecer que o termo ‘índio’, amplamente utilizado pelos entrevistados, não visa de forma alguma, desrespeitar a dignidade dos povos indígenas, embora seja crucial entender que essa terminologia é uma das muitas influências deixadas pela colonialidade, sendo imprescindível a promoção ao respeito e a compreensão das culturas e tradições dos povos originários, reconhecendo sua diversidade e contribuição para a história e arte, não somente das pinturas rupestres, mas em todo um inventário de objetos e situações pelo qual sua influência pode ser notada, desde a culinária e a linguagem, de onde muitas palavras de nosso dicionário são originadas de línguas indígenas, até outras práticas cotidianas.

Diante disso, não há um consenso sobre o que significa ser indígena ou um conceito que englobe todos de maneira geral, destacando características comuns que os definem como um único povo. Ao contrário, a questão indígena hoje busca romper com a noção de uma

identidade única e singular, expondo as pluralidades autóctones que foram omitidas ou até mesmo excluídas dos primeiros relatos sobre o Brasil, os quais insistem em uma memória histórica unificada (Souto & Marques, 2023).

Para dar embasamento a estas afirmativas, utilizaremos das proposições de Filho (1999), que os europeus classificavam os indígenas em duas classes e dando enfoque ao estado do Rio Grande do Norte, os “tupis” habitavam o litoral e “tapuias” (divididos inicialmente entre Tarairiús e Cariris) que viviam no sertão e, muitas das vezes, povoavam áreas que hoje correspondem ao Ceará a Paraíba, este último, onde essas classificações eram problemáticas, devido às inúmeras subclassificações que recebiam, muitas vezes sendo referidos pelo nome de seus líderes (Santos, 2012). Borges (1993 apud Santos, 2012), através de documentações e relatos de cronistas, estabeleceu subclassificações e fez o que pode ser considerada a primeira tentativa de cartografar suas possíveis localizações dentro da Paraíba, a partir do qual, elaborou um mapa (MAPA 08).

Mapa 3 - Distribuição aproximada dos povos indígenas durante séculos XVII e XVIII



Fonte: Borges (1993 apud SANTOS, 2012)

A desvalorização da pintura rupestre como representação espacial e método de coleta de dados limita a compreensão completa do espaço e da história cultural de uma região. O documentário "Ecos Ancestrais" destaca a importância dessas representações para entender um pouco da história e o patrimônio de Bernardino Batista, uma vez que, durante o trabalho

de campo e pesquisas documentais para a produção foram obtidas diversas informações que enriqueceram o entendimento da Pedra do Letreiro e sua relevância histórica.

Desta forma, a pintura rupestre, que não costuma ser utilizada na vertente de estudos geográficos, oferece uma perspectiva sobre como os antigos habitantes representavam e interagiam com seu espaço, ao reconhecê-la como uma legítima forma de representação, revela-se como testemunhos visuais de suas experiências, crenças e formas de organização espacial e ignorá-lo resultam na perda de uma parte essencial da narrativa histórica e cultural.

A obra, de certa forma, enfatizou a necessidade de integrar métodos alternativos de estudo do espaço, como a cartografia social e a análise das pinturas rupestres, para uma abordagem decolonial do discurso geográfico. Esses métodos valorizam os conhecimentos e práticas tradicionais, ampliando a compreensão do espaço além das representações ocidentais convencionais, além de trazer certa visibilidade para a cultura tradicional e os saberes indígenas, crucial para uma tentativa de corrigir sua exclusão histórica dos currículos educacionais e da formação intelectual de nossa sociedade, diante da desvalorização e supressão de diversas línguas e conhecimentos indígenas, considerados menos relevantes em comparação com as culturas coloniais.

Para finalizar este capítulo, é pertinente destacar a relevância do documentário como ferramenta de representação e mapeamento das diversas narrativas de uma comunidade. Conforme ressaltado por Lopes (2019), o documentário permite dar voz aos sujeitos, criando um espaço para a construção coletiva de realidades individuais. Este método foi utilizado para propor uma nova visão do sítio Capoeiras, destacando a importância da pintura rupestre da pedra do letreiro e as histórias da comunidade para um público mais amplo.

A imagem, como linguagem universal, possui um caráter educador e democrático, comunicando-se com pessoas de todas as idades e origens. A inclusão de legendas, a interpretação em Libras e o compartilhamento em plataformas online ampliam ainda mais seu alcance e impacto. As tecnologias digitais melhoraram significativamente a produção, veiculação e divulgação desses trabalhos, reafirmando o papel da tecnologia como uma métrica no processo linear da modernidade entre diferentes povos.

Embora tenhamos trabalhado o documentário a partir de uma vertente diferente, abre-se aqui um espaço para uma futura reflexão acerca de sua utilização nas aulas de Geografia, que promove a valorização e preservação das narrativas e patrimônios culturais das comunidades e, portanto, sublinham a potencialidade do cinema como um recurso didático poderoso e inclusivo, capaz de transformar a percepção e a compreensão do espaço geográfico e das relações humanas nele inseridas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, foi possível compreender como o Projeto colonial influencia no nosso imaginário até os dias de hoje, assim como a Geografia Tradicional contribuiu para perpetuação dos interesses das elites econômicas, através da reafirmação de domínios territoriais nas políticas de expansão territorial, que contribuíram para a colonialidade e o sentimento de superioridade sobre o arcabouço sociocultural, político e intelectual europeu, em detrimento da pluralidade de saberes.

Nesse contexto, a Cartografia Convencional e os mapas se revelam como uma ferramenta crucial no mito do “conquistador” e, assim como toda e qualquer representação contém uma intencionalidade, não devem ser considerados como representações neutras, mas repletos de uma carga ideológica a depender de seus criadores, pois acabam por moldar nossa percepção do espaço, servindo como instrumentos coloniais para apropriação territorial, desvalorizando outras formas de saber.

Considerando essas reflexões, com o advento de uma Geografia mais crítica, cabe a nós, geógrafos, o papel de compreender e explicar certos problemas sociais. Dentro da perspectiva da Geografia cultural, decolonialidade e a Cartografia Social propuseram-se aqui, a utilização dos saberes e ferramentas geográficas (e cartográficos) numa tentativa de “decolonizar” o campo das representações espaciais, a partir da análise de diferentes tipos.

Partindo dessa compreensão, ao dar enfoque ao contexto da Pedra do Letreiro, no município de Bernardino Batista-PB, analisa-se a pintura rupestre como outra forma de representação, pela qual podemos compreender o nosso espaço e refletir acerca da historicidade e da nossa ancestralidade, há tanto perdida, remontando a um recorte temporal da pré-colonialidade, mas que se encontra em um estado de precarização, devido à desvalorização desses saberes.

Essas representações atestam a dimensão simbólica do espaço, como uma forma de apropriação destes sujeitos sobre um território, de modo que compreendemos como produções afetivas, que levam em consideração a pluralidade de saberes. Assim, foi possível realizar um mapeamento afetivo de pontos dessa comunidade, a partir da utilização de uma linguagem/simbologia simplificada que permitisse uma maior inclusão.

Portanto, ao discutir-se acerca das representações audiovisuais e sua relação com a Geografia, é possível entender que através dessas produções, nossa percepção sobre o espaço, de certa forma, é moldada, uma vez que permitem uma apropriação imagética desses espaços geográficos e também revelam certa carga ideológica de seus criadores, redefinindo conceitos

como: espaço, tempo e memória, o que caracteriza a imagem uma fonte de informação e educação, neste caso, sobretudo, cultural e patrimonial.

A partir disso, compreendemos a importância da análise do documentário para compreensão do espaço, assim como uma ferramenta para coleta de informações relevantes que contribuem para a percepção das pinturas rupestres como narrativas de grupos indígenas que já habitaram esta região, promovendo a possibilidade de uma educação patrimonial acerca da importância dessas obras, para o público do município de Bernardino Batista-PB, assim como para pessoas de outras regiões que têm acesso ao material através das mídias sociais.

De uma forma geral, acredita-se que o presente estudo pode trazer mais visibilidade para o local, bem como para os moradores, promovendo um senso de valorização de uma identidade cultural e uma melhor preservação do patrimônio, gerando um possível atrativo turístico, sobretudo uma forma de compreensão da história através das diferentes formas de representação sociais deixadas no espaço, possibilitando um entendimento mais profundo da arte rupestre como uma forma de resistência cultural e política contra a marginalização histórica dos povos originários e discutir a importância da preservação destes bens.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. **A tradição Agreste: estudos sobre arte rupestre em Pernambuco**. CLIO, UFPE, Recife, S:7-98, 1986.

AMARO, F. R. Epistemologias de resistência: estratégias de enfrentamento da opressão colonial. *Revista Antropolítica*, v. 55, n. 2, Niterói, e57552, 2. quadri., mai./ago., 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/57552>. Acesso em: 06 jun. 2024.

ANTUNES, T. H. S. FRIEDRICH RATZEL E O DETERMINISMO GEOGRÁFICO: A CONSTRUÇÃO DE UM ESTIGMA. *Espaço & Geografia*, vol.24, n.1 (2021), 149:168.
BARBOSA, C. **O espaço em devir no documentário**: Cartografia dos encontros entre cinema e escola. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017. 193f.

CASTRO, J. F. **História da Cartografia e Cartografia Sistemática**. 1ª edição. PUC Minas, 2012. p.17 – 40.

CASTRO, T. **O impulso cartográfico do cinema**. In: AZEVEDO, A. F; RAMÍREZ, R. C.; OLIVEIRA JR, W M (Org.). Intervalo II: Entre Geografias e cinemas. Braga-Portugal: Editora UMDGEO - Departamento de Geografia, Universidade do Minho, 2015.

CLAVAL, P. A. **Geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. 453p.

COSTA, M. H. B. V DA. **Filme e Geografia: Outras considerações sobre a "realidade" das imagens e dos lugares Geográficos**. *Espaço e cultura*, UERJ, Rio de Janeiro. N.29. p.43-54, Jan-Jun. 2011.

CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter do Carmo; DE OLIVEIRA, Denílson Araújo. **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico, 2017.

DAMASCENO, M. et. al. **Modernidade/ Colonialidade/ Decolonialidade**: Perspectivas teóricas e históricas. *Revista TEL*, Irati, v. 13, n.1, jan./jun. 2022. p. 12-27. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/download/20145/209209216596>>.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**: las luchas territoriales y la dimensión ontológica de las epistemologías del Sur. *Revista de Antropología Iberoamericana*, 11(1), 11-32, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11156/aibr.110102>

FILHO, O. M. **Os Tarairiús, extintos tapuias do Nordeste**. In: Almeida, Luiz Sávio de; Galindo, Marcos; Silva, Edson. *Índios do Nordeste: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL. 1999. p. 241-57. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/index:almeida-1999-indios>. Acesso em: 23 abr. 2024

GOUVEIA, M. **ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS EM ABYA YALA: O RESGATE DOS MUNDOS QUE NOS FORAM NEGADOS**. Dissertação de Mestrado. UFF Angra dos Reis:

RJ, 2021. Disponível em:
<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/27995/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20288%20-%20Matheus%20Gouveia.pdf?sequence=1>. Acesso em 04 dez de 2023.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Periferia**, 1, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/3428/2354>>. Acesso em: 08 nov. 2023.

HAESBAERT, R. **Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial**. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.), *Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos*. SP: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

HAESBAERT, R; PORTO-GONÇALVES. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: EDUNESP, 2006, 116p.

HARLEY, B. **Mapas, saber e poder**. Revista Coffins, 5. 2009. Disponível em:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2011/geografia_artigos/6art_pas_saber_poder.pdf. Acesso em: 16 mar. 2024.

HOSTENSKY, I. L. (Org). **Curso: Educação Patrimonial e Diversidade**. IPHAN. Distrito Federal: 2021. 28p. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/1020>. Acesso em: nov. 2023.

LOPES, A; ALVES, G.; TRUJILLO, J. **O documentário como construção de uma narrativa sobre o espaço urbano**, Curitiba: 2019.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: Algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N./ GROSFOGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2018.

MEDEIROS, R. M. V. **Território, espaço e identidade**. In: SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S. (Orgs.) *Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos*. SP: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia Crítica: A valorização do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec. 1987. 2ed. 197p.

NICHOLS, B. **Introdução ao Documentário**. Campinas, SP: Papirus Editora, 2005. 270p.

PEREIRA, R. M. F. A. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. 1988. 128f

PESSANHA, S. E. & MOURÃO, P. F. C. **A Obra De Friedrich Ratzel: Uma Análise Crítica Acerca Da Lógica Territorialista Dos Estados Modernos**. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 217-228.

PESSIS, A. M. **Registros rupestres**: Perfil gráfico e grupo social. Revista de Arqueologia, São Paulo, 8(1):283-289, 1994.

PINTO, T. **Cultura, paisagem e documentário etnográfico**: Experiências com a linguagem audiovisual no curso de Geografia - UNESP - Rio Claro. Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2016. 89f. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/core/27220>. Acessado em 31 de maio de 2024.

PORTO-GONÇALVES, C. W. a. **Da invenção de Territórios**: breve digressão teórico-política. In: A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala. In: Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestro tempo. México: Instituto de Investigaciones Sociales-UNAM, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C.W. b. **A geografia está em crise**. Viva a geografia!. Boletim Paulista De Geografia, (55). 1978. P. 05-30. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1050>. Acesso em: 04. Jun. 2024.

RAFFESTIN, Claude. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. In: SAQUET, M. e SPOSITO, E. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-35

RAMOS, F. P. **O que é documentário?** In RAMOS, F.P., CATANI, A. (Orgs), Estudos de Cinema SOCINE 2000, Porto Alegre: Editora Sulina, 2001. p. 192-207.

RESENDE, D. **O espaço comum na prática do filme documentário**: memórias de uma comunidade de cinema. 2016. 165 f. Tese (Doutorado em Artes). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

RIBEIRO, J. S. **Antropologia Visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação**. Revista de antropologia da USP. V. 48. N. 2. São Paulo. 2005. p. 613-648.

RODRIGUES, Fátima da Cruz. **Mapas**: (re)cortes coloniais. O cabo dos trabalhos: Revista Electronica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/FEUC/FLUC. Coimbra, Portugal, n. 1, p. 01-39, 2006.

RODRIGUES, V. I.; SOUZA, J. A. & RAMOS, V. O. B. **Cultura visual, educação e identidade**: o documentário como ferramenta didática. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.9, n.11, p. 30439-30456, nov., 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/65172>. Acesso em 17 abr. 2024.

SANTOS, B. S. & MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. Palheira: Gráfica de Coimbra. 2009. 532p. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf> Acesso em: 03 abr. 2024.

SANTOS, J. S. **Costumes indígenas no Brasil do pós-contato**: o grupo étnico/cultural Tarairiú dos Sertões da Paraíba. Campina Grande: Cópias & Papeis, 2012.

SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, M et al. **Fim de século e globalização** - o novo mapa do mundo. S. Paulo: Hucitec-Anpur, 1994.

SANTOS, R. E. D. **Ativismos cartográficos**: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. Revista Geográfica de América Central, v. 2, p. 1-17, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2299>>. Acesso em: 29 fev de 2024.

SANTOS, R. E. dos. **Disputas Cartográficas e Lutas Sociais**: sobre representação espacial e jogos de poder. XII Colóquio de Geocrítica, Bogotá, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/16-R-Nascimento.pdf>. Acesso em 02/03/2024.

SILVA, E. F. A. & ARAÚJO, S. S. **Colonialidade e Modernidade**: Um Complexo Legado Na Integração Da América Latina. Cadernos Miroslav Milovic, v. 1, n. 1. Porto de Galinhas, jan./jun. 2023. p. 41-46. Disponível em: <<https://doi.org/10.46550/cadernosmilovic.v1i1.14>>

SOUTO, G. A. & MARQUES, J. V. **Rastros culturais**: Uma revisão bibliográfica da presença indígena na Paraíba no período pré e pós-contato. Revista Tarairiú, Campina Grande - PB, Volume 1 - Número 23 – 2023.

TOLENTINO, Átila. B. **Educação patrimonial decolonial**: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. Sillogés, v. 1, n. 1, p. 41-60, jan./ jul. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15091/1/Educacao_Patrimonial_Decolonial_perspect%20-%20Atila%20Tolentino.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2023.

VESENTINI, J. W. “**O método e a práxis**: notas polêmicas sobre Geografia Tradicional e Geografia Crítica”. In: Terra Livre. São Paulo, n. 2, p. 59-91, julho de 1987.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUADRO DE SÍNTESE (AS DEZ TESES DECOLONIAIS)

Maldonado-Torres na obra Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico (2018), apresenta dez teses para contribuir com o arcabouço conceitual e avanço da decolonialidade. Durante o trabalho, destacamos três para reflexão, desta maneira, este quadro traz uma síntese das demais teses:
Primeira tese: Colonialismo, descolonização e conceitos relacionados provocam ansiedade O autor questiona o direito sobre os territórios indígenas, a partir de um mito da colonização como uma forma de alcançar a civilização, de forma que a escravidão ocorreria como um meio de auxiliar o primitivo a ser colonizado. Devido ao fato de essas implicações influenciarem até os dias de hoje, reflete-se que “levantar a questão do colonialismo perturba a tranquilidade e a segurança do sujeito-cidadão e das instituições modernas”, ou seja, rompe-se com uma ordem global pré-estabelecida a partir da figura do colonizado como um agente questionador ao invés da posição de figura dócil e grata que se espera que ele assuma. Logo, a possibilidade desse “giro decolonial” causa ansiedade nos sujeitos-cidadãos modernos.
Segunda tese: Colonialidade é diferente de colonialismo e decolonialidade é diferente de descolonização Traz-se uma classificação conceitual, pois embora muitas vezes sejam usados como sinônimos, Maldonado-Torres busca fazer uma distinção entre Colonialismo X Colonialidade e Descolonização X Decolonialidade. “(…) Colonialismo pode ser compreendido como a formação história dos territórios coloniais; o colonialismo moderno pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a ‘descoberta’; e colonialidade pode ser compreendida como uma forma global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais.” “Deste modo, a descolonização refere-se a momentos históricos em que os sujeitos coloniais se insurgiram contra os ex-impérios e reivindicaram a independência. A decolonialidade refere-se a luta contra lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos.”
Terceira tese: Modernidade/Colonialidade é uma forma de catástrofe metafísica que naturaliza a guerra que está na raiz das formas moderno/coloniais se raça, gênero e diferença sexual Maldonado-Torres chama atenção para a “descoberta” e a “conquista” da América como uma catástrofe demográfica, mas também metafísica, uma vez que faz uma maior distinção entre os seres humanos, sobretudo no que se referem aos cristãos e não cristãos, o que se evoluirá para o que ele chama de diferença <i>subontológica</i>, ou diferença entre os seres e aqueles abaixo dos seres, assim como o que passa de uma relação eu-outro para uma relação senhor-escravo. Logo, essa catástrofe metafísica tornou possível e justificável as piores ações nos tempos de guerra como naturais em relação aos povos descobertos e escravizados, numa naturalização do combate. A visão sub-ontológica representa, ainda, a figura do colonizador como bom e colonizado como mau, de forma que os colonizados seriam a própria razão para sofrerem diferentes formas de violência que ainda é influenciada pela questão gênero/sexo, em que a mulher é vista como um mero reprodutor das forças inimigas e de suas tradições e memórias, enquanto os homens são vistos como guerreiros.
Quarta tese: Os efeitos imediatos da modernidade/colonialidade incluem a naturalização do extermínio, expropriação, dominação, exploração, morte prematura e condições que são piores que a morte, tais como a tortura e o estupro Como o próprio título sugere, pode-se refletir que a modernidade/colonialidade promove a naturalização de processos como o do extermínio (que ocorreram com diversos povos indígenas nesse processo), expropriação (tomada de territórios), dominação (de povos considerados inferiores), exploração (promoção do trabalho escravo), morte prematura e condições que são piores que a morte, tais como a tortura (muitas vezes para evitar a rebelião) e o estupro de indivíduos considerados mais frágeis. Essas condições muitas vezes são consideradas legítimas durante a modernidade/colonialidade e ao invés de representarem ações de um conflito, eram realizadas somente para estabelecer uma ordem específica, sendo supostamente a “natureza do mundo”.
Quinta tese: A colonialidade envolve uma transformação radical do saber, do ser e do poder, levando à colonialidade do saber, à colonialidade do ser e à colonialidade do poder A catástrofe metafísica contribui para formação da colonialidade do saber, do ser e do poder (três componentes fundamentais da modernidade/colonialidade) a partir das várias formas de distinção social das civilizações, superioridade de umas sobre outras e a naturalização de todas as formas de violência e desumanização em razão dessas diferenças. Segundo Maldonado-Torres (2017, p. 19) “o que quer que um sujeito seja, ele é constituído e sustentado pela sua localização no tempo e no espaço, sua posição na estrutura de poder e na cultura, e

nos modos como se posiciona em relação à produção do saber”. Esses três componentes teriam objetivos comuns: a exploração, a dominação, expropriação, extermínio, naturalização da morte, tortura e estupro.

Ao dialogar com Fanon, Maldonado-Torres classifica o sujeito resultado da ligação entre esses três componentes como *condenado*, aqueles que estão localizados fora do tempo e do espaço considerado pelo sistema mundo moderno colonial e são “descobertos” junto com suas terras ao invés de serem vistos como reais empecilhos para a conquista desses territórios. Os condenados não estão aptos a produzir conhecimento (colonialidade do saber), além de serem representados de forma a rejeitarem a si mesmos (colonialidade do ser) e mantidos num nível abaixo dentro das estruturas de acumulação e exploração (colonialidade do poder). Logo, estes garantem que os condenados sejam mantidos em um local fixo, a posição que eles devem exercer, uma espécie de inferno, ao qual desejam ascender a um céu, onde a salvação a ser alcançada é a civilização moderna.

Sexta tese: A decolonialidade está enraizada em um giro decolonial ou em um afastar-se da modernidade/colonialidade

Ainda em diálogo com Fanon, o autor sugere que a atitude é mais importante do que o método, para um engajamento crítico e romper com a colonialidade do saber, do ser e do poder. Logo ao invés de procurar métodos para trabalhar com esse objeto, é necessária a construção de uma atitude decolonial, o *giro decolonial*, que deve ser identificada no âmbito do saber, poder e do ser, onde importante o amor e a raiva para construir essa atitude, pois a partir de emoções como raiva e o amor, o condenado surgiria como pensador, artista ou ativista, podendo criar-se comunidades em luta pela descolonização como um projeto inacabado.

Sétima tese: Decolonialidade envolve um giro epistêmico decolonial, por meio do qual o condenado emerge como questionador, pensador, teórico e escritor/comunicador

A partir da transformação do condenado em pensador, pode-se criar uma comunidade, ao qual este, não mais em solidão, se compromete com o projeto da decolonialidade. O colonizado possui em seu imaginário, histórias e ideias que confirmam e reforçam a colonialidade do saber, poder e ser, sendo o corpo “aberto” imprescindível para isso. Essa atitude se dá, sobretudo, por meio da escrita, pois “a escrita é uma forma de reconstruir a si mesmo e um modo de combater os efeitos da separação ontológica e da catástrofe metafísica” (p. 25)

Oitava tese: Decolonialidade envolve um giro decolonial estético (e frequentemente espiritual) por meio do qual o condenado surge como criador

O autor reflete que corpo aberto é um corpo questionador e criativo. Essas criações artísticas são modos de crítica e autorreflexão, assim como diferentes maneiras de enxergar e visualizar e viver no tempo e o espaço e uma forma de manter o corpo aberto como uma fonte de questionamentos, distanciando-os da visão moderno-colonial do tempo, espaço e subjetividade e até a espiritualidade.

Nona tese: A decolonialidade envolve um giro decolonial ativista por meio do qual o condenado emerge como um agente de mudança social

Para o autor, para além da arte, criatividade e espiritualidade, são necessários estratégias para descolonizar ativamente o saber, o ser e o poder, e assim, o condenado surgir como um agente de mudança. Essas mudanças, no entanto, não devem ser realizadas visando um reconhecimento, caso do contrário continuarão sendo agentes da colonialidade.

“O giro decolonial requer uma suspensão da lógica de reconhecimento e uma renúncia das instituições e práticas que mantêm a modernidade/colonialidade.” (p. 27). Então, outro erro, seria considerar-se mais do que o outro, pois, uma das proposições que promovem a difusão dos ideais da modernidade/colonialidade até os dias de hoje diz respeito a isso, como por exemplo, quando os ativistas se consideram mais radicais do que os artistas, estão ainda, promovendo uma separação pelos muros construídos por essa modernidade/colonialidade.

“Mas, para que o giro decolonial se torne um projeto, nenhuma dessas áreas de atividades pode existir isoladamente. A agência do condenado é devida pelo pensamento, pela criação e pela ação, de um modo que busque trazer juntas as várias expressões do condenado para mudar o mundo” (p. 27).

Décima tese: A decolonialidade é um projeto coletivo

O condenado como um ser questionador é impossível dentro do sistema-mundo-moderno colonial, de forma que essa ordem moderno-colonial busca minimizar e desqualificar o condenado. Logo, compreende-se que sozinho ele não pode ir muito longe. Em uma possível referência a questão da espiritualidade levantada pela catástrofe metafísica, propõe que a decolonialidade não é um projeto de salvação individual e ela não busca o reconhecimento, mas segurar as mãos um dos outros, pois somente a partir da coletividade é possível desestabilizar a ordem de um sistema colonial. “A decolonialidade é, portanto, não um evento passado, mas um projeto a ser feito” (p.28).